

PLATÃO CAPITAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

PLATÃO CAPITAL S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa- método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas



Relatório da **Administração**

CONQUISTAS

Resultados de 2025

100% do **portfólio** conectado e em operação.

Operação em **3 estados**



R\$ **253.932** milhões

ATIVO IMOBILIZADO

R\$ **25.785** milhões

RECEITA OPERACIONAL



Prezados Acionistas e Demais Interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Companhia, que compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Resultado Abrangente. Todas as informações financeiras apresentadas neste relatório estão expressas em milhares de reais.

Este documento reflete os principais acontecimentos e resultados alcançados ao longo do exercício de 2025, período em que a Companhia manteve seu compromisso com a excelência na geração de energia limpa, contribuindo para o desenvolvimento de soluções energéticas sustentáveis e para a transição energética em escala global.

Os resultados apresentados são fruto do esforço contínuo de nossas equipes e refletem o propósito da Companhia de gerar valor para acionistas, clientes e sociedade, sempre alinhado aos princípios de responsabilidade ambiental e sustentabilidade.

No exercício de 2024, a Companhia alcançou marcos relevantes, com o início das operações de 11 usinas localizadas nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além da aquisição de quatro usinas já em operação, situadas nos municípios de Loanda, Alto Paraná, Paranavaí e Santa Izabel. Em 2025, os esforços estiveram concentrados na consolidação das operações, com foco na alavancagem da receita operacional e na otimização da estrutura de custos.

Os resultados obtidos ao longo de 2025 foram viabilizados pelo apoio e confiança de nossos acionistas, conselheiros e diretores, que contribuíram de forma decisiva para o fortalecimento e a expansão do portfólio de ativos da Companhia.

Durante o período, a Administração priorizou o fortalecimento das operações e a otimização dos processos internos, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e aprimorar os mecanismos de tomada de decisão. Para o próximo ciclo, a Companhia seguirá focada em uma gestão eficiente de seus ativos operacionais, buscando gerar margens compatíveis com o orçamento anual, ao mesmo tempo em que reforça seu compromisso com práticas sustentáveis e responsabilidade socioambiental.



Esse posicionamento fortalece a resiliência do negócio e contribui para a atração de investimentos alinhados ao conceito de capital verde, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, em especial o Objetivo 7 – Energia Acessível e Limpa – e o Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.



A Administração agradece o apoio e a confiança de seus acionistas, clientes e parceiros, reiterando sua convicção de que a Companhia está preparada para se consolidar como uma plataforma de investimentos dedicada à transformação sustentável do setor de geração e consumo de energia elétrica limpa.



Platão Capital

LINHA DO TEMPO

Jan / 2023

Constituição da Platão Capital S.A.;

Mar / 2023

Captação de recursos através da emissão de debêntures públicas para a construção de usinas solares;

Mar / 2023

Captação de recursos através da emissão de debêntures públicas da subsidiária Capital II para a construção de usinas solares;

Set / 2023

Captação de recursos através da emissão de CRI da subsidiária Capital III para a construção de usinas solares;

Set / 2023

Instauração do Conselho Fiscal;

Jan / 2024

Conexão da usina localizada em Maristela-PR;

Mar / 2024

Aumento de capital com a aquisição de 4 usinas localizada no PR;

Mar / 2024

Conexão da usina localizada em São João do Caiuá-PR;

Abril / 2024

Conexão da usina localizada em Apucarana-PR;

Mai / 2024

Conexão da usina localizada em Mamborê-PR;

Jun / 2024

Conexão das usinas localizadas em Paraíso do Norte-PR e Dourados-MS;

Jul / 2024

Conexão da usina localizada em Manoel Ribas-PR;

Ago / 2024

Conexão da usina localizada em Diamantino-MT;

Out / 2024

Captação de recursos através da emissão de debêntures públicas incentivadas;

Nov / 2024

Conexão das usinas localizadas em Guapirama-PR e Campo Grande-MS;



Platão Capital

LINHA DO TEMPO



Jan / 2025

Conexão da usina localizada em Miranda I -MS;

Abr / 2025

Conexão da usina localizada em Cassilândia-MS;

Aumento de capital social da subsidiária Capital II através de integralização de AFAC.





Informações operacionais

A Platão Capital S.A. foi constituída em janeiro de 2023 com o objetivo de desenvolver projetos de geração de energia solar fotovoltaica e estruturar a captação de recursos destinados à implantação de usinas no segmento de geração distribuída (GD).

A trajetória que culminou na constituição da Companhia teve início em 2021, quando acionistas e membros da atual governança lideraram o desenvolvimento do primeiro ativo no estado do Paraná, a UFV Loanda, com capacidade instalada de 5 MWac e potência de 6,7 MWp.

Atualmente, a Companhia possui em seu grupo um portfólio composto por 17 ativos de geração, totalizando 46 MW de capacidade instalada e 60,94 MWp de potência pico.

Usina Fotovoltaica	UF	Potência
UFV Loanda	PR	5 MW
UFV Paranavaí	PR	5 MW
UFV S.J Do Caiuá	PR	2,5 MW
UFV Apucarana	PR	2,5 MW
UFV Mamborê	PR	2,5 MW
UFV P. do Norte	PR	2,5 MW
UFV Guapirama	PR	2,5 MW
UFV Manoel Ribas	PR	2,5 MW
UFV Diamantino	MT	2,5 MW
UFV Dourados	MS	2,5 MW
UFV Campo Grande	MS	2,5 MW
UFV Miranda II	MS	2,5 MW
UFV Cassilândia	MS	2,5 MW
UFV Miranda I	MS	2,5 MW
UFV Sta. Isabel	PR	2 MW
UFV Alto Paraná	PR	2 MW
UFV Maristela	PR	2 MW



Usinas do Grupo

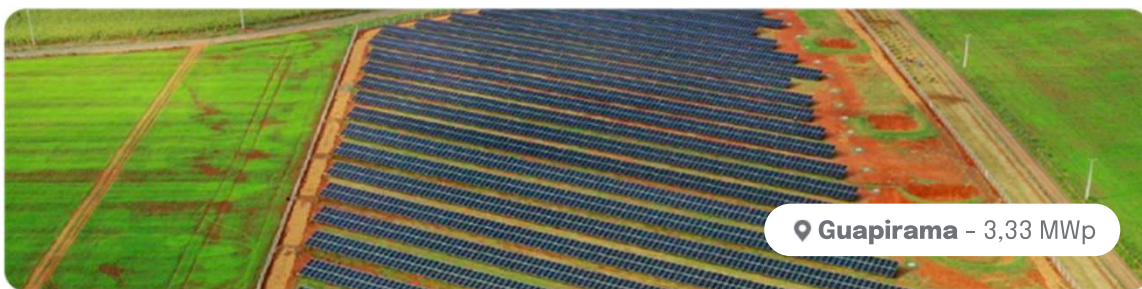
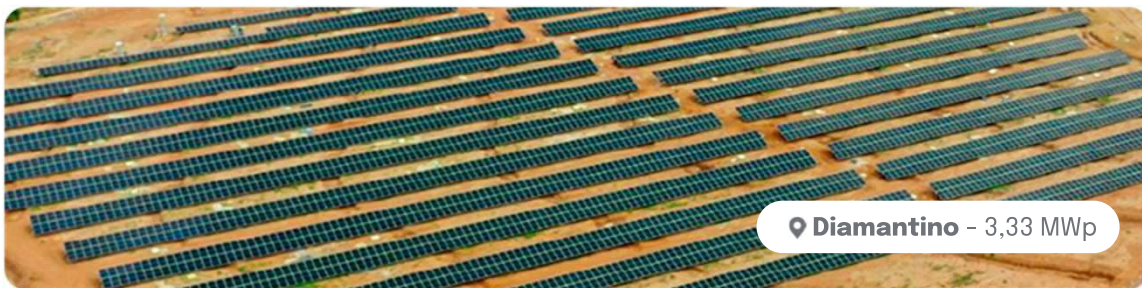
PORTFÓLIO





Usinas do Grupo

PORTFÓLIO





Usinas do Grupo

PORTFÓLIO



Perfil e Governança

Sediada em São Paulo/SP, desde 2023, a Platão Capital S.A. vem realizando esforços para se consolidar no mercado como uma plataforma de investimento em energia limpa. Em 2025, a Companhia detinha participação relevante, direta em 2 empresas, contribuindo para o desenvolvimento do país em um segmento essencial.

A geração de energia solar está localizada em 3 estados brasileiros: Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Gestão e Investimentos



Governança Corporativa

Nossa gestão segue as diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), aderindo integralmente aos seus quatro princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade corporativa. Dessa forma, a Companhia reafirma seu compromisso com as melhores práticas de governança do mercado.

Conselho da Administração

Os conselheiros são nomeados para um mandato que se estende até a próxima Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício findo, com base em critérios que consideram a disponibilidade de tempo para o exercício de suas funções, bem como a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos e aspectos culturais.

O Conselho de Administração monitora mensalmente os impactos das atividades da empresa e participa ativamente da definição de políticas e estratégias de crescimento.

Conselho fiscal

O conselho fiscal é instalado na Companhia quando oportuno, especialmente para atender a requisitos de governança, e seus membros são nomeados para mandatos que se estendem até a próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, com base em critérios que consideram a disponibilidade de tempo para o exercício de suas funções, bem como a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos e aspectos culturais.

O conselho fiscal monitora e acompanha mensalmente os atos e prestações de contas dos administradores assegurando que sejam praticados de acordo com as leis, estatuto social e boas práticas de governança.

Composição do Conselho de Administração

Carlos Eduardo Passarelli Scott - Presidente: engenheiro civil formado pela FAAP e pós-graduado em concreto armado pelo Politécnico de Milão. Atuou no mercado financeiro por 3 anos no Banco Itamarati e Banco Francês e Brasileiro (BFB). Nos últimos 28 anos esteve no mercado de construção civil na Construtora Passarelli e Construtora Taormina.

Luiz Guilherme Pansani Simões - Vice-presidente: internacionalista formado pela ESPM-SP, sócio fundador do Corrutela, restaurante eleito mais sustentável da América Latina pela Sustainable Restaurant Association de Londres e 50 best restaurants.

José Eduardo Maksoud Rahe - Membro - engenheiro civil formado pela FAAP em 1985. Atuando no mercado da construção civil e imobiliário há 38 anos, e Diretor Técnico e Administrativo da Construtora Maksoud Rahe Ltda desde 1994.



Composição do Conselho Fiscal

Salvador Pastore Neto - Presidente do Conselho: engenheiro Civil formado pela FAAP, pós-graduação no Politécnico de Milão e MBA em Finanças em Columbia (Nova Iorque). Atuação de 33 anos no Mercado Financeiro no setor de Médias Empresas em Grandes Bancos Nacionais (Itaú e Itaú BBA) e multinacionais (BankBoston e Banco Francês e Brasileiro).

Leandro Cunha - Vice-Presidente do Conselho: contador com Mestrado em Gestão Estratégica de Empresas e MBA Executivo em Finanças. Possui mais de 25 anos de experiência nas áreas de Finanças, Contabilidade, Auditoria e Gestão de Custos, atuando em empresas locais e internacionais. Tem expertise em estratégia, relatórios financeiros, planejamento e orçamentos. Participou de seminários nacionais e internacionais sobre gestão financeira, hidrocarbonetos, contratos de partilha de produção e economia do petróleo.

Leonardo Yoiti Kato - membro do Conselho: administrador formado pela UEM, pós-graduação em Desenvolvimento de Executivos pela Fundação Dom Cabral e Neuromarketing pela Ecosystema Inova, e MBA em Gestão Comercial pela Fundação Getúlio Vargas. Diretor comercial do Grupo Kato, que detém um conglomerado de concessionárias na região noroeste do PR.

Ainda, o conselho conta os seguintes suplentes: Roberto Mazzonetto, como suplente do Presidente do Conselho Fiscal; José Renato Taborda, como suplente do Vice-Presidente do Conselho Fiscal; e Ronald Harry Spitzkopf, como suplente do membro do Conselho Fiscal.

Composição da diretoria

Emerson Seiti Kanawa - Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de relacionamento com Investidor: engenheiro químico formado pela UEM, com intercâmbio na University of Nevada (UNR) e University of Tennessee (UTK). Há 7 anos no mercado de energia solar, atua na área de project finance de usinas fotovoltaicas, na estruturação de novos negócios e gestão do grupo Platão. Co-fundador da PLIN Energia.

Diogo Martins Rosa - Diretor de Operações e Diretor Comercial: engenheiro eletricitista formado pela UTFPR, com conhecimento técnico e experiência de 10 anos em grandes obras (internacionais e nacionais) realizadas no ramo de energia solar, eólico e construção naval.



Aspectos Societários

Protocolo e justificação de incorporação

Em janeiro de 2025, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Protocolo e Justificação de Incorporação das seguintes sociedades: (a) Usina Solar Platão Investimentos S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Dr. Luiz Teixeira Mendes, n° 3.096, Zona 05, Maringá/PR, CEP 87.015-001, inscrita no CNPJ sob o n° 37.438.893/0001-61 (“SPE Loanda”); (b) Usina Solar Platão Investimentos SPE 2 S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Carneiro Leão, n° 825, Zona Armazém, Maringá/PR, CEP 87.014-010, inscrita no CNPJ sob o n° 45.997.900/0001-93 (“SPE 02 Alto Paraná”); (c) Usina Solar Platão Investimentos SPE 03 S.A., sociedade por ações, com sede no mesmo endereço da anterior, inscrita no CNPJ sob o n° 45.891.391/0001-10 (“SPE 03 Paranavaí”); e (d) Usina Solar Platão Investimentos SPE 04 S.A., sociedade por ações, com sede no mesmo endereço, inscrita no CNPJ sob o n° 45.889.765/0001-62 (“SPE 04 Santa Isabel” e, em conjunto com as demais, “Incorporadas”).

Abertura de filiais

Em janeiro de 2025, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a abertura de quatro filiais nas seguintes localidades: (a) Lote 57-B da Gleba 13, Estrada Matadouro, CEP 87900-000, Loanda/PR; (b) Rodovia BR-376, próximo ao km 122, s/n, Lote 17, Zona Rural, Gleba Anhumai, CEP 87750-000, Alto Paraná/PR; (c) Estrada PR-561, s/n, unificação dos lotes 144/ABC e parte do lote C, Zona Rural, CEP 87701-000, Paranavaí/PR; e (d) Rodovia PR-576, s/n, lotes n° 1.294, 1.295, 1.296, 1.297-A e 1.298, Colônia Paranavaí, CEP 87900-000, Loanda/PR.

Aprovação das Demonstrações Financeiras e Eleição da Diretoria

Em abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Fluxo de Caixa.

Na mesma reunião, foram eleitos para a Diretoria o Sr. Emerson Seiti Kanawa, como Diretor Presidente e Diretor Financeiro, e o Sr. Diogo Martins Rosa, como Diretor Operacional e Diretor Comercial, ambos com mandato unificado de 2 (dois) anos, a contar da data da eleição.

Parecer do conselho fiscal

Em abril de 2025, Em abril de 2025, o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável às contas da Companhia relativas ao exercício social de 2024, sem ressalvas, recomendando sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.



Aspectos Societários

Aprovação de contas e reeleição dos órgãos de governança

Ainda em abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foram aprovadas as contas da Companhia relativas ao exercício social de 2024.

Na mesma ocasião, foram reeleitos para o Conselho Fiscal os Srs. Salvador Pastore Neto, como presidente, e Roberto Mazzone, como suplente; Leandro Nonato da Cunha, como vice-presidente, e José Renato Taborda, como suplente; e Leonardo Yoiti Kato, como membro, e Ronald Harry Spitzkopf, como suplente, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

Em Assembleia Geral Extraordinária, foram reeleitos para o Conselho de Administração os Srs. Carlos Eduardo Passarelli Scott, como presidente; Luiz Guilherme Pansani Simões, como vice-presidente; e José Eduardo Maksoud Rahe, como membro, com mandato de 2 (dois) anos, a contar da data da assembleia.

Rerratificação de Endereço de Filial

Em junho de 2025, o Conselho de Administração aprovou a rerratificação do endereço da filial localizada no município de Alto Paraná/PR, anteriormente deliberada, passando a constar como: Área Rural, Rodovia BR-376, próximo ao km 122, Lote 17, Gleba Anhumá, Zona Rural, CEP 87751-890.





Desempenho financeiro

Despesas gerais e administrativas

As principais despesas administrativas incorridas no exercício de 2025 referem-se a despesas de manutenção e operação (O&M) das usinas, despesas do centro de serviços compartilhados, e depreciação incidente sobre as usinas em operação.

	Controladora 31/12/2025	Consolidada 31/12/2025
Serviços administrativos	(1.136)	(2.987)
Depreciação e amortização	(2.934)	(9.565)
Despesas com operação e manutenção	(3.686)	(6.397)
Outras despesas	(940)	(2.961)
Total	(8.696)	(21.910)

Resultado financeiro

As principais despesas financeiras estão atreladas aos custos de transação e encargos incidentes sobre as debêntures públicas e debênture privada emitidas e o Certificado de Recebíveis Imobiliários 173, e aos juros incidentes sobre os contratos de arrendamento.

	Controladora 31/12/2025	Consolidada 31/12/2025
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	334
Descontos obtidos	3	4
Encargos financeiros sobre endividamento	(23.284)	(50.047)
Ajuste a valor presente - mútuos	-	(1.718)
Juros sobre arrendamentos	(355)	(1.689)
Outras despesas financeiras	(50)	(155)
Variação monetária	-	(2)
Total	(23.689)	(53.611)



Desempenho financeiro

Ativos

Em relação aos ativos relevantes da Companhia, os mesmos estão concentrados nas participações societárias de outras empresas, e no ativo imobilizado que se referem ao custo de construção das usinas fotovoltaicas. A seguir demonstramos o quadro com a composição dos ativos expressivos.

	Controladora 31/12/2025	Consolidada 31/12/2025
Investimentos	4.125	-
Imobilizado	65.147	253.932
Total	69.272	253.932

Passivos

Os principais passivos da Companhia estão relacionados às captações destinadas à construção de usinas fotovoltaicas e aos valores correspondentes ao direito de uso dos terrenos onde essas usinas foram implantadas. A seguir, apresentamos um quadro com a composição dos valores devidos, incluindo o passivo de arrendamento, empréstimos, financiamentos e debêntures emitidas.

	Controladora 31/12/2025	Consolidada 31/12/2025
Debêntures	166.712	240.666
Empréstimos e financiamentos	-	104.799
Passivo de arrendamento	3.453	17.977
Total	170.165	363.442

Auditoria Independente

Frisamos que as demonstrações contábeis da Companhia passaram por processo de auditoria independente realizada pela BDO RCS Auditores Independentes.

Em atendimento ao Art. 17 da Instrução CVM nº 162/2022 informamos que, no período findo em 31 de dezembro de 2025, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A BDO foi contratada pela administração da Companhia para os serviços de auditoria para o exercício de 2025, pelo montante de R\$ 137 líquidos de impostos.

São Paulo, SP, em 18 de maio de 2026.

Assinado por:

Emerson Seiti Kanawa

548765238038437...

EMERSON SEITI KANAWA

Diretor Presidente, Financeiro e relação
com os investidores

DocuSigned by:

Diogo Martins Rosa

A3267CC4264A497...

DIOGO MARTINS ROSA

Diretor Operacional e Comercial

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 907F85FD-5952-8034-82DE-724D8433DFD6
 Assunto: Complete com o Docusign: Relatório da Administração 2025_V1.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 17 Assinaturas: 2
 Certificar páginas: 2 Rubrica: 0
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Bruna Fagundes de Paula Gozer
 AV HUMAITA, 541, SALA 05, ZONA 04
 MARINGA, PR 87.014-200
 bruna.fagundes@plataoenergia.com.br
 Endereço IP: 189.115.51.162


Rastreamento de registros

Status: Original Portador: Bruna Fagundes de Paula Gozer Local: DocuSign
 18/05/2026 07:30:28 bruna.fagundes@plataoenergia.com.br

Eventos do signatário

Diogo Martins Rosa
 diogo@plataoenergia.com.br
 Diretor
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

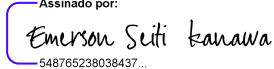
DocuSigned by:

 A3267CC4264A497...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP:
 2804:14d:1a86:cc57:9086:9df6:dad9:21a8

Registro de hora e data

Enviado: 18/05/2026 07:31:30
 Visualizado: 18/05/2026 07:31:46
 Assinado: 18/05/2026 07:32:03

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign

Emerson Seiti Kanawa
 emerson.seiti@plataoenergia.com.br
 Platão Energia
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 548765238038437...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP:
 2804:18:190d:3e24:9533:afb3:e336:c10b
 Assinado com o uso do celular

Enviado: 18/05/2026 07:31:30
 Visualizado: 18/05/2026 07:33:56
 Assinado: 18/05/2026 07:34:23

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	18/05/2026 07:31:30

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Entrega certificada	Segurança verificada	18/05/2026 07:33:56
Assinatura concluída	Segurança verificada	18/05/2026 07:34:23
Concluído	Segurança verificada	18/05/2026 07:34:23

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Platão Capital S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Platão Capital S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Platão Capital S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.3, que indica que a Companhia e suas controladas incorreram prejuízos acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 57.615 mil (R\$ 59.727 mil em 31 de dezembro de 2024), apresentou em 31 de dezembro de 2025, patrimônio líquido a descoberto no montante de R\$ 87.658 mil (R\$ 30.044 mil em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 337.938 mil (R\$ 158.138 mil em 31 de dezembro de 2024). Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.3, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos dos investimentos em controladas, portanto, não existem principais assuntos de auditoria para as demonstrações contábeis individuais. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação de redução ao valor recuperável - ativo imobilizado (Notas Explicativas nº 9)

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos requer que a Companhia avalie, ao final de cada exercício social, se existem indícios de desvalorização de seus ativos não financeiros e, quando tais indícios são identificados, que seja estimado o respectivo valor recuperável.

Considerando que a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes, identificamos a existência de indicativos de perda no valor recuperável de seu ativo imobilizado, substancialmente representado por usinas fotovoltaicas. Nesse contexto, a Administração contratou especialistas independentes para a elaboração de estudo técnico com o objetivo de avaliar a necessidade de ajuste ao valor contábil desses ativos, os quais representam a unidade geradora de caixa da Companhia. Diante da relevância desses ativos e do grau de julgamento envolvido na mensuração do valor recuperável, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos a aderência da metodologia empregada pela Administração da Companhia para o cálculo do valor recuperável com relação aos requerimentos do CPC 01 (R1);
- Realizamos reuniões com o especialista terceirizado contratado pela Administração para compreender a metodologia aplicada no teste de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as principais premissas e julgamentos adotados, além de avaliar a razoabilidade e a fundamentação dos dados utilizados pela Companhia, incluindo receitas, custos e despesas, na determinação do valor recuperável em uso;
- Envolvemos nossos especialistas de Finanças para realizar o recálculo independente da taxa de desconto (WACC), incluindo a sensibilização das principais premissas, bem como a avaliação de sua razoabilidade e consistência com dados de mercado para fins de desconto dos fluxos de caixa projetados; e
- Revisamos as notas explicativas, bem como, as políticas contábeis estabelecidas pela Administração da Companhia e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas adotados pela Administração para determinar o reconhecimento de redução do valor recuperável do ativo imobilizado, assim como a respectiva divulgação na Nota Explicativa nº 9, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota Explicativa nº 12)

A Companhia apresentou, em suas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, passivo circulante de R\$ 351.522 mil, dos quais R\$ 345.465 mil referem-se à empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme Nota Explicativa nº 12. A totalidade desta dívida está classificada no passivo circulante em razão do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas.

Em função de sua relevância e materialidade no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Obtivemos entendimento sobre o gerenciamento da dívida pela Companhia e avaliamos o processo de comunicação com os emissores, incluindo a obtenção de explicações da Administração acerca do não cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (covenants);
- Revisamos à aritmética dos cálculos do principal da dívida e dos juros incorridos no exercício, se tais valores apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram conciliados com os saldos apresentados no balanço patrimonial e e resultado;
- Efetuamos confirmações externas junto aos emissores das dívidas, com o objetivo de verificar se os montantes apresentados correspondem aos saldos devidos na data-base do exercício; e
- Avaliamos a adequação e a suficiência das divulgações relacionadas a esse tema nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas adotados pela Administração sobre as dívidas e suas respectivas cláusulas contratuais restritivas, assim como a respectiva divulgação na Nota Explicativa nº 12, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico - CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (R1). Em nossas opiniões, essas Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, as quais emitirão opinião sem modificação na data de 31 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de maio de 2026.

Platão Capital S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em R\$ mil)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	767	-	784
Títulos e valores mobiliários	6	1	4	3.371	3.131
Contas a receber de clientes	7	-	1.273	4.164	1.821
Adiantamentos a fornecedores	-	1	-	1	75
Impostos a recuperar	-	92	24	246	178
Créditos com partes relacionadas	11	77	2.177	5.482	3.435
Outros créditos	-	97	-	320	700
Total ativo circulante		268	4.245	13.584	10.124
Ativo não circulante					
Créditos com partes relacionadas	11	28.339	20.911	4.479	1.962
Impostos diferidos	-	-	-	-	3.697
Investimentos	8	4.125	37.459	-	-
Imobilizado	9	65.147	68.142	253.932	269.637
Ativo de direito de uso	10	3.009	3.096	16.292	16.209
Intangível	-	64	86	80	86
Total ativo não circulante		100.684	129.694	274.783	291.591
Total ativo		100.952	133.939	288.367	301.715

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Platão Capital S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em R\$ mil)

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	166.712	1.662	345.465	162.462
Fornecedores	13	123	568	374	597
Passivo de arrendamento	14	358	349	1.829	1.729
Encargos tributários	15	119	1.171	623	2.888
Parcelamentos tributários		17	-	44	55
Débitos com partes relacionadas	11	2.711	361	2.812	406
Outras obrigações	-	182	83	375	125
Total passivo circulante		170.222	4.194	351.522	168.262
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	141.727	-	141.727
Passivo de arrendamento	14	3.095	3.079	16.148	15.487
Débitos com partes relacionadas	11	-	-	-	190
Parcelamentos tributários		961	-	2.455	193
Perda com investimentos	8	8.430	9.083	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	5.900	5.900	5.900	5.900
Total passivo não circulante		18.386	159.789	24.503	163.497
Passivo a descoberto					
Capital social	17	34.500	34.500	34.500	34.500
Prejuízos acumulados	-	(122.156)	(64.544)	(122.156)	(64.544)
Passivo a descoberto controlador		(87.656)	(30.044)	(87.656)	(30.044)
Participação de não controladores	-	-	-	(2)	-
Total passivo a descoberto		(87.656)	(30.044)	(87.658)	(30.044)
Total do passivo e do passivo a descoberto		100.952	133.939	288.367	301.715

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas

Platão Capital S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024	De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024
Receita operacional líquida	19	7.464	1.315	23.418	12.432
Custo dos serviços prestados	20	(2.934)	(533)	(9.565)	(5.735)
Lucro bruto		4.530	782	13.853	6.697
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(5.762)	(2.478)	(12.345)	(8.172)
Outras receitas e despesas	21	(14)	(352)	(2.124)	(5.873)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(32.681)	(28.095)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(33.927)	(30.143)	(616)	(7.348)
Receitas financeiras	22	3	-	338	385
Despesas financeiras	22	(23.689)	(29.584)	(53.611)	(54.278)
Resultado financeiro líquido		(23.686)	(29.584)	(53.273)	(53.893)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(57.613)	(59.727)	(53.889)	(61.241)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	-	-	(27)	(2.183)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(3.697)	3.697
Prejuízo do exercício		(57.613)	(59.727)	(57.613)	(59.727)
Resultado atribuído aos					
Acionistas controladores	-	(57.613)		(57.613)	(59.727)
Acionistas não controladores	-		(59.727)	(2)	-
Prejuízo do exercício		(57.613)	(59.727)	(57.615)	(59.727)
Prejuízo por ação no exercício (em R\$)	18	(11,5226)	(11,9454)	(11,5230)	(11,9454)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas

Platão Capital S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individual e consolidado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024	De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024
Prejuízo do exercício	(57.613)	(59.727)	(57.615)	(59.727)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(57.613)	(59.727)	(57.615)	(59.727)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Platão Capital S.A.

Demonstrações intermediárias das mutações do passivo a descoberto individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em R\$ mil)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1	-	(5.023)	(5.022)	-	(5.022)
Integralização de capital social	17	34.499	-	-	34.499	-	34.499
Constituição de reserva de capital	17	-	206	-	206	-	206
Prejuízo do exercício		-	-	(59.727)	(59.727)	-	(59.727)
Absorção de prejuízos acumulados		-	(206)	206	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		34.500	-	(64.544)	(30.044)	-	(30.044)
Prejuízo do exercício		-	-	(57.613)	(57.613)	(2)	(57.615)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		34.500	-	(122.156)	(87.656)	(2)	(87.658)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Platão Capital S.A.

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(57.613)	(59.727)	(57.615)	(59.727)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	32.681	28.095	-	-
Provisão de encargos sobre endividamento	22.855	29.824	49.324	40.507
Provisão de encargos sobre arrendamentos	355	54	1.685	905
Depreciação e amortização	2.934	533	9.565	5.735
Baixa de ativo	38	-	680	1.161
Impostos diferidos	-	-	3.697	(3.697)
Impairment de ativos	-	688	811	6.776
Ajuste a valor presente	-	-	-	4.786
Subtotal	1.250	(533)	8.147	(3.554)
(Aumento) redução nos ativos				
Titulos, valores mobiliários e depósitos vinculados	3	(4)	(240)	79.042
Clientes a receber	1.273	(1.273)	(2.343)	(212)
Adiantamento a fornecedores	(1)	-	5.190	1.826
Impostos a recuperar	197	(16)	758	(136)
Créditos com Partes relacionadas	(2.663)	(9.093)	(4.564)	(9.203)
Outros créditos	(97)	(6.137)	378	4.497
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(445)	567	(223)	(2.836)
Obrigações fiscais	(73)	1.166	(12)	2.565
Débitos com Partes relacionadas	2.350	(727)	2.216	596
Outras obrigações	98	369	250	(1.522)
Subtotal	642	(15.148)	1.410	74.617
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	1.892	(15.681)	9.557	71.063
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de bens do imobilizado	(76)	-	(492)	(69.652)
Aquisições de ativos intangíveis	-	-	(20)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(76)	-	(512)	(69.652)

Platão Capital S.A.

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamentos para futuro aumento de capital nas investidas	-	2.362	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	5.900	-	5.900
Integralização de capital	(2.665)	-	-	-
Efeito caixa - cessão de quotas	-	-	-	548
Custo de transação de debêntures apropriados	620	7.094	859	7.334
Captações através da emissão de debêntures	-	150.000	-	150.000
Captações	-	-	20	-
Liquidações de custos de transações com debêntures	-	(4.716)	-	(4.716)
Deságio de emissões de debêntures	-	(5.791)	-	(5.791)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(386)	(375)	(1.781)	(1.797)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(152)	-	(1.444)	-
Amortizações de empréstimos e debêntures	-	(140.510)	(7.483)	(161.471)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(2.583)	13.964	(9.829)	(9.993)
<hr/>				
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(767)	(1.717)	(784)	(8.582)
<hr/>				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	767	2.484	784	9.366
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	767	-	784
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	(1.717)	-	(8.582)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Platão Capital S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	8.225	1.449	25.785	13.044
Receitas com serviços	8.225	1.449	25.785	12.988
Outras receitas	-	-	-	56
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros e outros	(5.581)	(2.276)	(11.663)	(8.538)
Valor adicionado bruto	2.644	(827)	14.122	4.506
Depreciação, amortização e AVP	(2.934)	(533)	(12.093)	(11.336)
Valor adicionado líquido	(290)	(1.360)	2.029	(6.830)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(32.681)	(28.095)	-	-
Receitas financeiras	3	-	358	385
Total	(32.678)	(28.095)	358	385
Valor adicionado total a distribuir	(32.968)	(29.455)	2.387	(6.445)
Distribuição do valor adicionado	(32.968)	(29.455)	2.387	(6.445)
Pessoal e encargos				
Prolabore	120	120	120	120
Encargos	25	25	25	25
Total	145	145	145	145
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	781	137	2.437	1.207
Estaduais	8	11	9	19
Municipais	6	4	6	7
Taxas diversas	4	45	499	155
Total	799	196	2.951	1.388
Remuneração do capital de terceiros				
Encargos financeiros sobre dívidas	23.639	29.503	51.736	48.943
Outras despesas	62	351	5.170	2.300
Despesas bancárias	-	20	-	43
Juros e multas de mora	-	57	-	441
Descontos concedidos	-	-	-	22
Total	23.701	29.931	56.906	51.749
Remuneração do capital próprio				
Prejuízo do exercício	(57.613)	(59.727)	(57.613)	(59.727)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(2)	-
Total	(57.613)	(59.727)	(57.615)	(59.727)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Platão Capital S.A. (“Sociedade” ou, em conjunto com suas controladas, o “Grupo”), com sede na Av. Paulista, 1471, bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12 de janeiro de 2023.

A Platão Capital S.A. tem como objetivo principal a participação no capital social de outras sociedades, sejam elas empresárias ou não, ou em fundos de investimento, atuando como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, com foco especial no setor de energia fotovoltaica. A companhia também se dedica à realização de investimentos em geração de energia elétrica de matriz solar fotovoltaica, em suas diversas modalidades, além de atuar na administração de seus próprios bens.

Os projetos realizados pela Companhia, apresentam as seguintes informações em 31 de dezembro de 2025:

Unidade	UFV	UF	Potência (MW)	Conexão	Status em 31/12/2025
Filial 1	Loanda	PR	5	22/06/2021 e 15/07/2021	Conectada.
Filial 2	Alto Paraná	PR	2	26/12/2023	Conectada.
Filial 3	Paranavaí	PR	5	22/12/2023	Conectada.
Filial 4	Santa Isabel	PR	2	16/11/2023	Conectada.
Capital II	Maristela	PR	2	16/01/2024	Conectada.
Capital II	Miranda I	MS	2,5	10/01/2025	Conectada.
Capital II	Miranda II	MS	2,5	30/12/2024	Conectada.
Capital II	Cassilândia	MS	2,5	11/04/2025	Conectada.
Capital II	Diamantino	MT	2,5	30/08/2024	Conectada.
Capital III	Paraíso do Norte	PR	2,5	28/06/2024	Conectada.
Capital III	Apucarana	PR	2,5	15/04/2024	Conectada.
Capital III	Manoel Ribas	PR	2,5	12/07/2024	Conectada.
Capital III	Guapirama	PR	2,5	11/11/2024	Conectada.
Capital III	São João do Caiuá	PR	2,5	22/03/2024	Conectada.
Capital III	Mamborê	PR	2,5	10/05/2024	Conectada.
Capital III	Dourados	PR	2,5	24/06/2024	Conectada.
Capital III	Campo Grande	PR	2,5	19/11/2024	Conectada.

1.1. Participações societárias

Investidas	Atividades	% Participação	
		31/12/2025	Participação
SPRS Platão Capital II S.A. (i)	<i> Holding e geração de energia elétrica </i>	99,98%	Direta
SPRS Platão Capital III S.A. (ii)	<i> Holding e geração de energia elétrica </i>	99,98%	Direta

Investidas	Atividades	% Participação	
		31/12/2024	Participação
SPRS Platão Capital II S.A. (i)	<i> Holding </i>	99,98%	Direta
SPRS Platão Capital III S.A. (ii)	<i> Holding </i>	99,98%	Direta
SPRS Platão Capital IV S.A. (iii)	<i> Holding </i>	99,98%	Direta

(i) Sociedade constituída em 1º de março de 2023, destinada a ser uma *holding* de empresas destinadas para a geração de energia distribuída;

(ii) Sociedade constituída em 10 de agosto de 2021, destinada a ser uma *holding* de empresas destinadas para a geração de energia distribuída. A Platão Capital iniciou a sua participação societária em 10 de março de 2023;

(iii) Sociedade constituída em 28 de junho de 2023, destinada a ser uma *holding* de empresas destinadas para a geração de energia distribuída.

1.2. Filiais – SPRS Platão Capital II S.A.

Unidade	UFV	UF	Potência (MW)
Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A.	Maristela	PR	2
Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A.	Miranda I e II	MS	5
Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A.	Diamantino e Cassilândia	MT e MS	5

A controlada SPRS Platão Capital II S.A. realizou em 28 de fevereiro de 2025 a incorporação contábil das empresas Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A., Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A. e Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A., desse modo, na mesma data as usinas tornaram-se filiais da Companhia. A deliberação e aprovação das incorporações ocorreram em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de novembro de 2025. O respectivo protocolo foi submetido à Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 12 de janeiro de 2026, tendo sido posteriormente retificado em 04 de fevereiro de 2026 para atendimento de exigências da referida Junta, com o deferimento do registro em 20 de fevereiro de 2026.

Em relação as baixas e regularizações cadastrais dos CNPJs das sociedades incorporadas perante os órgãos competentes, o processo encontra-se em fase de conclusão.

Abaixo, apresentamos o quadro demonstrativo do patrimônio líquido contábil das empresas incorporadas. Conforme definido no protocolo da incorporação, as variações patrimoniais das incorporadas ocorridas entre a data de elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido e a data efetiva da incorporação foram integralmente absorvidas pela SPRS Platão Capital II S.A. e registradas diretamente em suas demonstrações financeiras.

Balanco patrimonial (em R\$ mil)	USP 5	USP 6	SP 7	Total
Contas a receber de clientes	257	42	54	354
Transações entre partes relacionadas	67	1.561	1.235	2.863
Ativo de direito de uso	395	1.917	3.422	5.734
Imobilizado	13.569	34.301	34.020	81.890
Outros ativos	99	223	766	1.088
Total dos ativos	14.387	38.044	39.497	91.929
Passivo de arrendamento	(427)	(2.011)	(3.637)	(6.075)
Transações entre partes relacionadas	(2.759)	(9.577)	(9.303)	(21.639)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(8.050)	(19.524)	(20.535)	(48.109)
Outros passivos	(203)	(334)	(125)	(662)
Total dos passivos	(11.439)	(31.446)	(33.599)	(76.485)
Capital social	(3.085)	(7.709)	(7.709)	(18.503)
Prejuízos acumulados	137	1.111	1.811	3.059
Total do patrimônio líquido	(2.948)	(6.598)	(5.898)	(15.444)
Total dos passivos e patrimônio líquido	(14.387)	(38.044)	(39.497)	(91.929)

1.3. Continuidade Operacional

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou, na controladora e no consolidado, um prejuízo de R\$ 57.613 e R\$ 57.615, respectivamente, e um patrimônio líquido a descoberto na controladora de R\$ 87.656 (R\$30.044 em 31 de dezembro de 2024) e no consolidado R\$ 87.658 (R\$ 30.044 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido foi negativo, totalizando R\$ 169.953 e R\$ 337.937, na controladora e consolidado, respectivamente.

Conforme situação patrimonial da Companhia, quanto à continuidade operacional, foi convocada uma Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), realizada em 12 de junho de 2025. Nessa ocasião, foi aprovada a alteração da data de vencimento para a quitação integral do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, para Distribuição Privada (PLAC 41), passando de 20 de maio de 2025 para 20 de novembro de 2025. Atualmente a Companhia está realizando reuniões com o credor da PLAC 41 e alinhando um novo prazo para quitação da dívida.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, principalmente em função da reclassificação para o curto prazo do saldo em aberto do CRI 173ª, emitido em 26 de outubro de 2023, decorrente do não cumprimento dos índices financeiros de estrutura de capital e das obrigações relacionadas aos mútuos de fiadores. Adicionalmente, a debênture PLII 11 foi classificada no curto prazo em razão do não atingimento do índice de cobertura de capital. Também foram classificadas no curto prazo as debêntures PLAC 13 e PLAC 23, em decorrência da não liquidação da debênture PLAC 41, a qual se encontra em processo de renegociação de novo prazo para quitação.

Ao final do mês de abril de 2026, os controladores da Companhia assinaram um memorando de entendimento referente a M&A que, após cumprimento de certas condições a serem aceitas pelas partes, é previsto um aporte para fins de reforço das operações e continuidade operacional do grupo.

Apesar dessas ações, o baixo nível de faturamento registrado no período, somado ao intervalo necessário para que as usinas fotovoltaicas recentemente concluídas iniciem a geração de retorno financeiro estimado em cerca de três meses após a conclusão das obras, ocorrida majoritariamente no segundo semestre de 2024, mantém um cenário de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Durante o exercício social de 2025, a Administração promoveu a reestruturação da área comercial, com a descontinuação do modelo baseado em representantes comerciais e a internalização das atividades por meio da constituição de equipe própria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a equipe comercial interna registrou volume de conversão de vendas equivalente a 2.539 MWh. As vendas realizadas ao longo do exercício contribuíram para a geração futura de caixa da Companhia, reforçando sua capacidade de cumprimento das obrigações financeiras e de sustentação das atividades operacionais.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Reforma tributária brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma introduziu mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destacam-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema ocorrerá de forma escalonada, com início em 2026 e implementação integral prevista para 2033.

A Administração iniciará, a partir de 2026, as adequações necessárias para ajustar processos e sistemas às novas exigências legais. Conseqüentemente, nenhum efeito decorrente da reforma tributária foi considerado nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025.

2.2 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

No caso das demonstrações financeiras individuais e consolidadas diferem somente no que se refere à capitalização na controladora de juros incorridos por entidade distinta daquelas em que estão os ativos qualificáveis.

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas informações em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tais como capacidade produtiva esperada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram revisados pelo auditor independente.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de maio de 2026.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, que foram reconhecidas pelo seu valor justo conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.4. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

A composição societária de representatividade de cada companhia que compõem o consolidado estão expressos na nota 1.1 acima, onde apresenta a representatividade da Companhia em suas controladas.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas;

- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial;
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas (operações entre partes relacionadas), e,
- As despesas financeiras da controladora são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais no resultado do exercício e nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidas, quando qualificáveis, aos itens do ativo imobilizado no processo de consolidação para adequação à prática contábil especificada no CPC 20R1 – Custo de empréstimos. Não existem diferenças entre o patrimônio líquido e resultado da controladora e consolidado.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as Companhias consolidadas e o exercício social dessas Companhias coincide com o da controladora.

3. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações financeiras estão definidas a seguir.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários a vista e outros Investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido(s) de saldo de contas garantidas.

3.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, conforme Deliberação CVM nº 76/22. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia e suas controladas gerenciam e tomam as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo VJR. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Instrumentos financeiros derivativos

a) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia e suas controladas desconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

i) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandem um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

ii) Passivos financeiros não derivativos – Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

b) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

3.3 Reconhecimento de Receita

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com clientes, reconhecendo a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos são celebrados com clientes para a disponibilização dos sistemas de geração de energia fotovoltaica ("SGE"), sendo a obrigação de desempenho a manutenção da disponibilidade do SGE, permitindo ao cliente a compensação dos créditos de energia gerados. O preço da transação é variável e corresponde ao valor contratual definido com base nos créditos efetivamente compensados e nas tarifas vigentes da distribuidora, sendo integralmente alocado a essa obrigação única. A receita é reconhecida ao longo do tempo, mensalmente, à medida que os créditos de energia são gerados e compensados.

3.4. Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos para a aplicação em ativos qualificáveis. A Companhia e suas controladas realizam a capitalização dos custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo. A Companhia e suas controladas reconhecem os outros custos de empréstimos como despesa no período em que são incorridos.

A Administração da Companhia e suas controladas realizam a capitalização dos juros e custos dos empréstimos quando as seguintes condições são atendidas:

- (i) Incorre em gastos com o ativo;
- (ii) Incorre em custos de empréstimos;
- (iii) Inicia as atividades que são necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda.

3.5. Custos de transação

A Administração registra o montante inicial dos recursos captados de terceiros, classificáveis no passivo circulante e não circulante, ao seu valor justo líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciação do valor líquido recebido.

3.6. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e suas controladas possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras. As principais estimativas estão contempladas a seguir:

- a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)

- b) Provisões para contingências (nota explicativa nº 25)
- c) Cálculo dos impostos diferidos (nota explicativa nº 23)
- d) *Impairment* de ativos não financeiros (nota explicativa nº 9)
- e) Ativos e passivos de arrendamentos (notas explicativas nº 10 e nº 14)

3.7. Investimentos em controladas

A participação societária em controladas está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas informações financeiras individuais. Nas informações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora.

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia e suas controladas detêm o controle. Uma controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia e suas controladas deixam de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (incluindo passivos contingentes) assumidos para a aquisição de uma controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

3.8. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas alugam imóveis não residenciais e em áreas rurais. Em geral os contratos são realizados por períodos fixos de vinte e cinco a trinta anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia ou uma de suas investidas é o arrendatário, opta-se por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo está a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Administração:

- Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;

- Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia e suas controladas, sem financiamento recente com terceiros; e
- Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia e suas controladas estão expostas a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Administração estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

(i) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de mantidos pela Companhia e por suas controladas. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia ou por suas controladas, e não pelo respectivo arrendador.

3.9. Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia e suas controladas possuem ativos depreciáveis, compostos por edificações, painéis solares, máquinas e outros equipamentos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10
Edificações	40
Instalações – Postes	40
Instalações – Diversas	10
Máquinas e equipamentos - Diversos	10
Máquinas e equipamentos – Elétricos I	25
Máquinas e equipamentos – Elétricos II	30
Painéis solares	25

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

3.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida

O ativo intangível compreende as licenças de uso das áreas utilizadas para exploração da atividade da companhia e suas controladas. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis atualmente definidas em 05 anos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem os encargos financeiros incorridos na captação de recursos de terceiros, apropriados ao resultado em função da fluência do prazo.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e demais investidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Se necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.14. Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia e suas controladas detém ativos substancialmente vinculados ao segmento de geração de energia fotovoltaica. Atualmente, sua principal atividade operacional consiste no arrendamento dessas usinas a consórcios e associações integrantes do grupo econômico da Companhia e suas controladas. Os contratos de arrendamento preveem que a receita seja reconhecida com base no consumo efetivo da energia gerada pelas usinas, refletindo a natureza variável da contraprestação.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e suas controladas são baseadas em relatórios consolidados e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

3.15. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas “IFRS”, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.16. Demonstração do Fluxo de Caixa (“DFC”)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.17. Resultado por ações

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do lucro ou prejuízo por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias totais em poder dos acionistas. O cálculo do lucro/prejuízo diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

4.1. Normas e interpretações Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em maio de 2024 fornecem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados à governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características semelhantes, além de estabelecer diretrizes para a liquidação de passivos por meio de sistemas eletrônicos de pagamento.	1º de janeiro de 2026

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em dezembro de 2024 têm o objetivo de aprimorar a transparência na comunicação dos impactos financeiros de contratos de eletricidade dependentes de fatores naturais, geralmente estruturados como Acordos de Compra de Energia (PPAs). As atualizações esclarecem a aplicação dos critérios de "uso próprio", viabilizando a contabilidade de hedge quando esses contratos forem utilizados como instrumentos de proteção, além de introduzir novos requisitos de divulgação para facilitar a compreensão dos investidores.	1º de janeiro de 2026
Alteração IFRS 18/ CPC 26	A norma IFRS 18, publicada em abril de 2024, substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e estabelece novos requisitos para aprimorar a transparência na divulgação do desempenho financeiro das companhias. Entre as principais mudanças, estão: a introdução de três categorias para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos –, além de novos subtópicos, incluindo o lucro operacional; maior detalhamento sobre indicadores internos de desempenho, definidos pela administração; diretrizes mais claras sobre a organização das informações, especificando se devem constar nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas; mais transparência na apresentação das despesas operacionais; e regras específicas sobre a classificação de receitas e despesas operacionais.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Melhorias no IFRS: Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	3	-	3
Total Caixa	-	3	-	3
Bancos	-	-	-	-
Banco do Brasil	-	1	-	1
Banco Itaú	-	649	-	665
Banco Vortx	-	97	-	97
Banco Daycoval	-	17	-	18
Total Bancos	-	764	-	781
Total de caixa e equivalentes de caixa	-	767	-	784

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações compromissadas - CRI (i)	1	4	3.371	3.131
Total	1	4	3.371	3.131

(i) Para manutenção e de acordo com as cláusulas de empréstimos e financiamentos obtidas (CRI) a companhia detém a obrigação de manutenção de saldos de reserva que visam garantir a liquidez e o pagamento de algumas parcelas da dívida em caso de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% a.a. do CDI (100% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber de clientes

7.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aluguéis a receber (i)	-	1.273	4.164	1.821
Total	-	1.273	4.164	1.821

(i) Valores a receber decorrentes de locação do sistema de geração de energia ("SGE") das usinas em operação do Grupo. Tais recebíveis são devidos pelas empresas Associação de Geração Distribuída PLIN e Consórcio de Geração Distribuída PLIN, partes relacionadas da Companhia.

7.2. Aging list

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	-	1.009	3.066	1.290
Vencidos				
De 01 a 30 dias	-	18	-	18
De 31 a 60 dias	-	246	251	441
De 61 a 90 dias	-	-	827	-
De 91 a 120 dias	-	-	20	-
De 121 a 180 dias	-	-	-	72
Total	-	1.273	4.164	1.821

A Companhia e suas investidas não realizam AVP em contas a receber de clientes em virtude do curto período de realização de seus saldos.

8. Investimentos

8.1. Investimentos diretos

Investimentos	31/12/2024		Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2025	
	Saldos em investimentos	Obrigações com investidas		Saldos em investimentos	Obrigações com investidas
SPRS II	20.046	(9.083)	(19.393)	-	(8.430)
SPRS III	17.413	-	(13.288)	4.125	-
Total	37.459	(9.083)	(32.681)	4.125	(8.430)

No exercício de 2025, foi realizada, na controlada SPRS Platão Capital II S.A., a integralização de capital no montante de R\$ 20.046, anteriormente registrado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), o qual foi definitivamente capitalizado no patrimônio líquido da investida.

Investimentos	31/12/2023		AFAC	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024	
	Saldos em investimentos	Obrigações com investidas			Saldos em investimentos	Obrigações com investidas
SPRS II	17.941	(1.088)	2.105	(7.995)	20.046	(9.083)
SPRS III	39.760	-	(4.465)	(17.882)	17.413	-
EGF 20	1	-	(1)	-	-	-
UFV Oliveira I	1	-	(1)	-	-	-
UFV Tozoni II	1	-	(1)	-	-	-
Total	57.704	(1.088)	(2.363)	(25.877)	37.459	(9.083)

Saldo das investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
SPRS II	86.611	95.041	10.961	(19.393)
SPRS III	134.387	130.262	17.413	(13.288)
31 de dezembro de 2025	220.998	225.303	28.374	(32.681)

9.2. Investimentos indiretos através da SPRS Platão Capital II S.A.

Investimentos	Saldo em 31/12/2024	AFAC	Resultado de equivalência patrimonial	Baixa de investimento por incorporação	31/12/2025
					Saldos em investimentos
USP 5 (i)	10.859	109	30	(10.998)	-
USP 6 (ii)	26.341	129	(348)	(26.122)	-
SP 7 (iii)	26.696	172	(435)	(26.433)	-
Total	63.896	410	(753)	(63.553)	-

Investimentos	Saldo em 31/12/2023	AFAC	Integralização de capital social	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024
					Saldos em investimentos
USP 5 (i)	11.210	(327)	-	(24)	10.859
USP 6 (ii)	22.395	4.602	-	(656)	26.341
SP 7 (iii)	19.748	8.178	-	(1.230)	26.696
Total	53.353	12.453	-	(1.910)	63.896

(i) Em 02 de junho de 2023, foi constituída a Companhia Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A., representado 3.085.000 de ações ordinárias com preço total de R\$ 3.085 mil, sendo integralizadas na data de aquisição. A transação não constituiu combinação de negócios;

(ii) Em 02 de junho de 2023, foi constituída a Companhia Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A., representado 7.709.000 de ações ordinárias com preço total de R\$ 7.709 mil, sendo integralizadas na data de aquisição. Em 31 de julho de 2023 foi autorizado o aumento do capital para R\$ 36.505 mil mediante a emissão de 36.500.000 novas ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas pela Platão Capital S.A. A transação não constituiu combinação de negócios;

(iii) Em 02 de junho de 2023, foi constituída a Companhia Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A., representado 7.709.000 de ações ordinárias com preço total de R\$ 7.709 mil, sendo integralizadas na data de aquisição. A transação não constituiu combinação de negócios.

A SPRS Platão Capital II S.A. realizou em 28 de fevereiro de 2025 a incorporação contábil das companhias Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A, Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A. e Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A., desse modo, na mesma data as usinas tornaram-se filiais da Companhia. A incorporação societária ainda está em andamento.

9. Imobilizado

9.1. Composição

	Taxa média de depreciação anual	Custo	Controladora		31/12/2024
			31/12/2025	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	20%	26	(19)	7	13
Móveis e utensílios	10%	4	(2)	2	2
Edificações	2,50%	15.077	(928)	14.149	14.527
Instalações – Postes	2,50%	4.265	(233)	4.032	4.139
Instalações – Diversas	10%	5.667	(2.068)	3.599	4.165
Máquinas e equipamentos - Diversos	10%	651	(244)	407	472
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	4%	8.336	(1.080)	7.256	7.589
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	3,33%	2.912	(278)	2.634	2.730
Painéis solares	4%	37.081	(4.020)	33.061	34.505
Total	-	74.019	(8.872)	65.147	68.142

	Taxa média de depreciação (a.a.)	Custo	Consolidado		
			31/12/2025	Líquido	31/12/2024
			Depreciação		Líquido
Usinas em construção - Imobilizado em andamento	-	-	-	-	31.728
Equipamento de informática	20%	30	(20)	10	13
Móveis e utensílios	10%	4	(2)	2	2
Edificações	2,50%	105.742	(4.092)	101.650	90.957
Instalações – Postes	2,50%	14.127	(611)	13.516	13.582
Instalações – Diversas	10%	6.525	(2.151)	4.374	4.529
Máquinas e equipamentos - Diversos	10%	683	(272)	411	504
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	4%	13.383	(1.421)	11.962	12.819
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	3,33%	7.467	(524)	6.943	7.439
Painéis solares	4%	115.454	(8.620)	106.834	101.460
Parecer de acesso (i)	4%	8.714	(484)	8.230	6.604
Total	-	272.129	(18.187)	253.932	269.637

(i) Direito de uso a conexão à rede de distribuição de energia elétrica. O ativo corresponde às Usinas de São João do Caiuá, Apucarana, Mamborê e Dourados. O projeto será amortizado conforme vida útil dos ativos associados na construção da Usinas.

O imobilizado é composto, majoritariamente, pelos equipamentos necessários para a operação de geração de energia solar. Para o exercício findo em 31, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado, com o objetivo de avaliar se os ativos estavam registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis.

Como resultado dessa análise, foi identificada uma perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 811, a qual foi devidamente reconhecida no resultado do exercício, mediante constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A Companhia revisará o valor recuperável desses ativos em exercícios subsequentes, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis.

9.2. Movimentação

Descrição	31/12/2024	Controladora			31/12/2025
		Aquisições	Baixas	Depreciação	
Equipamentos de informática	13	-	-	(5)	8
Móveis e utensílios	2	-	-	-	2
Edificações	14.527	-	-	(377)	14.150
Instalações – Postes	4.139	-	-	(107)	4.032
Instalações – Diversas	4.165	-	-	(567)	3.598
Máquinas e equipamentos – Diversos	472	-	-	(65)	407
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	7.589	-	-	(333)	7.256
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	2.730	39	(38)	(96)	2.635
Painéis solares	34.505	37	-	(1.483)	33.059
Total	68.142	76	(38)	(3.033)	65.147

Descrição	Controladora			
	31/12/2023	Incorporação	Depreciação	31/12/2024
Equipamentos de informática	-	14	(1)	13
Móveis e utensílios	-	2	-	2
Edificações	-	14.590	(63)	14.527
Instalações – Postes	-	4.157	(18)	4.139
Instalações – Diversas	-	4.259	(94)	4.165
Máquinas e equipamentos – Diversos	-	483	(11)	472
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	-	7.645	(56)	7.589
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	-	2.746	(16)	2.730
Painéis solares	-	34.752	(247)	34.505
Total	-	68.648	(506)	68.142

Descrição	Consolidado							
	31/12/2024	Aquisições	Reclassificações	Transferências (-)	Baixas	Impairment	Depreciação	31/12/2025
Usinas em construção	31.728	21	(7.763)	(23.986)	-	-	-	-
Equipamentos de informática	13	3	-	-	-	(6)	(6)	10
Móveis e utensílios	2	-	-	-	-	-	-	2
Edificações	90.957	-	-	13.702	(423)	-	(2.586)	101.650
Instalações – Postes	13.582	-	-	285	-	-	(351)	13.516
Instalações – Diversas	4.529	358	-	178	-	(68)	(645)	4.420
Máquinas e equipamentos – Diversos	504	-	-	(10)	-	(3)	(69)	425
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	12.819	-	-	(421)	-	113	(548)	11.850
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	7.439	60	-	(379)	(38)	153	(293)	6.789
Painéis solares	101.460	50	-	11.068	(219)	(780)	(4.735)	107.624
Parecer de acesso	6.604	-	2.647	(437)	-	(226)	(357)	8.457
Total	269.637	492	(5.116)	-	(680)	(811)	(9.590)	254.743

Descrição	Consolidado								
	31/12/2023	Aquisições	Reclassificações	Consolidação de novas investidas	Transferências	Juros capitalizados	Impairment	Depreciação	31/12/2024
Usinas em construção	131.285	49.320	719	-	(161.853)	18.345	(6.088)	-	31.728
Equipamentos de informática	-	8	-	9	-	-	-	(4)	13
Móveis e utensílios	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Edificações	-	3.330	-	14.809	74.056	-	-	(1.238)	90.957
Instalações – Postes	-	-	-	4.219	9.577	-	-	(214)	13.582
Instalações – Diversas	-	19	-	4.590	370	-	-	(450)	4.529
Máquinas e equipamentos – Diversos	-	21	-	506	28	-	-	(51)	504
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	-	217	-	7.840	5.139	-	-	(377)	12.819
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	-	465	-	2.750	4.382	-	-	(158)	7.439
Painéis solares	-	-	-	35.617	68.301	-	-	(2.458)	101.460
Parecer de acesso	-	-	6.731	-	-	-	-	(127)	6.604
Total	131.285	53.380	7.450	70.342	-	18.345	(6.088)	(5.077)	269.637

No exercício de 2024 foram capitalizados os juros e encargos financeiros sobre as dívidas relacionadas à construção das usinas das Companhias SPRS III, USP 6 e SP 7, totalizando o montante de R\$ 18.345. A taxa média de capitalização dos juros foi de 16,21%.

Teste de Impairment

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, por meio da avaliação do valor recuperável, tendo sido reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$ 6.088 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 6.899 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, no exercício de 2025, houve um acréscimo líquido de R\$ 811 na provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

Para fins de determinação do valor recuperável, foi adotado o método do valor em uso, apurado com base no fluxo de caixa descontado. Para o cálculo, foram consideradas as seguintes premissas:

- Período de projeção de fluxo de caixa de 5 anos;
- Taxa de crescimento anual composta de 5,8% a.a. durante o período explícito de projeção;
- Taxa de desconto de 16% a.a., considerando parâmetros de longo prazo, incluindo IPCA e taxa básica de juros;
- Taxa de crescimento na perpetuidade de 3,5% a.a., refletindo o IPCA de longo prazo.

Com base nos cálculos realizados para o exercício de 2025, foi identificada a reversão parcial de perdas por impairment anteriormente reconhecidas na estrutura da SPRS Platão Capital III S.A., no montante de R\$ 2.858, resultando em um saldo remanescente de provisão de R\$ 3.230, referente às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), que compreendem 8 (oito) usinas fotovoltaicas.

Adicionalmente, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 3.669, referente às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) da estrutura da SPRS Platão Capital II S.A., que compreendem 5 (cinco) usinas fotovoltaicas.

Para as demais Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), o teste de recuperabilidade não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

Garantias

Parte dos ativos imobilizados estão vinculados às garantias físicas, mediante alienação fiduciária, das dívidas mencionadas na nota explicativa nº 12 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Abaixo, apresentamos o quadro demonstrativo dos equipamentos mantidos como garantia física.

SPRS Capital II S.A. (Não auditado)

Equipamento	Fabricante	Modelo	Valor
Painéis fotovoltaicos	Risen	Bifacial – 665W	21.221
Inversores 125	Sungrow	SG125	
Inversores 250	Sungrow	SG250	2.996
Inversores 333	Sungrow	SG333	
Estrutura de fixação	SSM	Aço Galvanizado	4.408
Estrutura de fixação	Dynamo	Aço Galvanizado	
Total			28.625

SPRS Capital III S.A. (Não auditado)

Equipamento	Fabricante	Modelo	Valor
Painéis fotovoltaicos e inversores	Risen / Sungrow	660W/125KW	9.675
Painéis fotovoltaicos e inversores	Risen / Sungrow	660W/250KW	23.322
Painéis fotovoltaicos e inversores	Risen / Sungrow	660W/250KW+333KW	4.580
Estrutura de fixação	Dynamo	Fixa	7.553
Total			45.130

10. Ativos de direito de uso

10.1. Composição

	Controladora		
	Prazo de vigência dos contratos	Custo 31/12/2025	Custo 31/12/2024
Direito de uso de imóveis rurais	25 anos	3.595	3.539
(-) Amortização acumulada	-	(586)	(443)
Total	-	3.009	3.096

	Consolidado		
	Prazo de vigência dos contratos	Custo 31/12/2025	Custo 31/12/2024
Direito de uso de imóveis rurais	25 anos	18.199	17.417
(-) Amortização acumulada	-	(1.907)	(1.208)
Total	-	16.292	16.209

Para que os contratos fossem reconhecidos conforme a segunda revisão do CPC 06 (R2) Arrendamentos, a Administração determinou que os contratos devem atender os seguintes critérios: (i) materialidade, sendo que os montantes devem possuir fluxo e pagamento com valores relevantes; e (ii) longo prazo, uma vez que os contratos devem ter prazos superior a 1 ano, após o encerramento das informações financeiras intermediárias.

A Administração estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia e de suas investidas. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
25 anos	9,82%
30 anos	9,82%

10.2. Movimentação

Descrição	Controladora			
	31/12/2024	Atualização	Amortização	31/12/2025
Direito de uso	3.096	57	(144)	3.009
Total	3.096	57	(144)	3.009

Descrição	Controladora			
	31/12/2023	Incorporação	Amortização	31/12/2024
Direito de uso	-	3.120	(24)	3.096
Total	-	3.120	(24)	3.096

Descrição	Consolidado			
	31/12/2024	Atualização	Amortização	31/12/2025
Direito de uso	16.209	783	(700)	16.292
Total	16.209	783	(700)	16.292

Descrição	31/12/2023	Novos contratos	Atualização	Consolidação de		Consolidado
				novas investidas	Amortização	31/12/2024
Direito de uso	11.279	2.383	31	3.156	(640)	16.209
Total	11.279	2.383	31	3.156	(640)	16.209

11. Transações entre partes relacionadas

Natureza da operação	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Ativo circulante					
Platão Energia (i)	Adiantamentos	72	2.172	1.443	2.390
Platão Investimentos	Outros créditos	5	5	6	5
Associação de Geração Distribuída Plin (ii)	Adiantamentos	-	-	4.033	1.040
Total do ativo circulante		77	2.177	5.482	3.435
Ativo não circulante					
PLIN Energia	Mútuos	-	-	244	1.962
Platão Energia (i)	Adiantamentos	-	-	4.235	-
SPRS II (iii)	Mútuos	13.955	6.330	-	-
SPRS III (iii)	Mútuos	14.384	9.621	-	-
USP 5 (iv)	Outros créditos	-	1.625	-	-
USP 6 (v)	Outros créditos	-	2.000	-	-
SP 7 (v)	Outros créditos	-	1.335	-	-
Total do ativo não circulante		28.339	20.911	4.479	1.962
Total Ativo		25.751	23.088	9.961	5.397
Passivo circulante					
Platão Energia	Rateio de despesas CSC	-	361	-	378
PLIN Energia	Rateio de despesas CSC	54	-	155	-
Associação de Geração Distribuída Plin	Adiantamentos	-	-	-	28
Consórcio de Geração Distribuída Plin	Adiantamentos	2.657	-	2.657	-
Total do passivo circulante		2.711	361	2.812	406
Passivo não circulante					
Associação de Geração Distribuída Plin	Adiantamentos	-	-	-	190
Total Passivo		2.711	361	2.812	596

- (i) Saldo correspondente a adiantamento por serviços de engenharia prestados pela Platão Energia;
- (ii) Valores correspondentes a pagamento de despesas do CRI 173^a pela SPRS Platão Capital III em nome da Associação de Geração Distribuída Plin, em virtude de a Associação figurar como Devedora da dívida;
- (iii) Saldo de mútuos com as companhias controladas SPRS Platão Capital II S.A. e SPRS Platão Capital III S.A., referente a capitalização dos juros das dívidas a serem recebidos em até 12 meses;

Os contratos de mútuos foram firmados sob condições específicas entre as partes, não necessariamente equivalentes às praticadas em transações de mercado.

- (iv) Saldo a receber da USP 5 decorrente de operação de cessão de passivos à Companhia;
- (v) Correspondente ao registro dos pareceres de acesso nas obras sob responsabilidade da USP 6 e SP 7.

11.1. Receitas, custos e despesas com partes relacionadas

Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	7.464	1.315	23.418	12.432
Custos	(2.934)	(533)	(9.565)	(5.735)
Despesas	(4.062)	(799)	(7.785)	(3.267)
Total	468	(17)	6.068	3.430

11.2. Receitas, custos e despesas com partes relacionadas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal chave da administração da Companhia foi de R\$ 120.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

12.1. Composição

Operação	Taxa média a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures privadas - PLAC 41	11,76% a.a. + IPCA	1.210	1.124	1.210	1.124
Debêntures 1ª série – PLAC 13 e 23	11,43% a.a. + IPCA	165.502	142.265	165.502	142.265
Debêntures 1ª Série - PLII 11	2,5 % a.a. + CDI	-	-	73.934	62.418
CRI 173 ^a	11% a.a. + IPCA	-	-	104.799	98.382
Conta garantida rotativa – Banco Itaú	15,69% a.m.	-	-	20	-
Total		166.712	143.389	345.465	304.189
Curto prazo		166.712	1.662	345.465	162.462
Longo prazo		-	141.727	-	141.727

12.2. Movimentação

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	143.389	80.352	304.189	237.636
Efeito assunção de passivos - Cessão de quotas/ações (usinas de 1 a 4)	-	39.393	-	39.393
Captações	-	150.000	20	150.000
Custos de transação apropriados	620	7.093	859	7.333
Juros e encargos apropriados	22.855	17.568	49.324	41.805
Custos de emissão pagos	-	(4.716)	-	(4.716)
Deságio de emissão	-	(5.791)	-	(5.791)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(152)	-	(1.444)	-
Amortizações de empréstimos e debêntures	-	(140.510)	(7.483)	(161.471)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	166.712	143.389	345.465	304.189

Cronograma inicialmente previsto	31/12/2025
2026	14.843
2027	3.299
2028	3.843
2029	5.763
2030	5.107
2031	5.828
2032	8.449
2033	7.963
2034	8.227
2035	9.855
2036	13.324
2037	92.961
2038	39.376
2039	21.734
2040	27.521
2041	42.032
2042	35.340
Total	345.465

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos anteriormente classificados no passivo não circulante foram reclassificados para o passivo circulante, em decorrência do descumprimento dos covenants contratuais, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 12.6, 12.7, 12.8 e 12.10.

12.3. Debêntures PLAC 11

Debêntures 1ª série - PLAC 11	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	28.340
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	-	2.247
Juros e encargos apropriados	-	4.237
Amortizações	-	(34.824)
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-

Em 27 de março de 2023, a Companhia concluiu a 1ª emissão pública por meio da emissão de 27.500 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 27.500 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 2.500 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total das debêntures mediante resgate antecipado.

12.4 Debêntures PLAC 21

Debêntures 2ª série - PLAC 21	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	27.830
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	-	2.267
Juros e encargos apropriados	-	4.169
Amortizações	-	(34.266)
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-

Em 27 de abril de 2023, a Companhia concluiu a 2ª emissão pública por meio da emissão de 27.500 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 27.500 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 2.500 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total das debêntures mediante resgate antecipado.

12.5 Debêntures PLAC 31

Debêntures 3ª série - PLAC 31	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	23.078
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	-	2.328
Juros e encargos apropriados	-	2.939
Amortizações	-	(28.345)
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-

Em 26 de junho de 2023, a Companhia concluiu a 3ª Emissão pública por meio da emissão de 27.500 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 27.500 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 2.500 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total das debêntures mediante resgate antecipado.

12.6 Debêntures PLAC 41

Debêntures privadas - PLAC 41	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	1.123	1.104
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	26	26
Juros e encargos apropriados	213	210
Amortizações	(152)	(217)
Saldo final	1.210	1.123
Curto prazo	1.210	1.123

Cronograma inicialmente previsto	31/12/2025
2026	65
2029	125
2030	113
2031	101
2032	91
2033	715
Total	1.210

Em 28 de junho de 2023, a Companhia concluiu a 2ª emissão de Debêntures simples, em série única, privada por meio da emissão de 1.250 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 1.250 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

12.6.1 Garantias

As debêntures são garantidas por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão do emissor e das SPEs de Novos Projetos que serão incorporadas, decorrente do acordo de acionistas. Conta ainda com a cessão fiduciária de todos os direitos econômicos e/ou patrimoniais inerentes das ações alienadas fiduciariamente de novos projetos, pelo prazo necessário para cumprimento das obrigações garantidas.

12.6.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente e não identificou descumprimentos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados a seguir acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures:

- Caso a razão entre a dívida líquida do Emissor e o *equity value* da Emissora verificado semestralmente permaneça em patamar maior do que 70% (setenta por cento), consideradas para efeito de cálculo da dívida líquida e *equity value* da Emissora;
- Realização de pagamentos de dividendos, juros sobre o capital próprio, resgate ou amortização de ações ou qualquer outro pagamento para os acionistas, caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") do Emissor esteja inferior a 1,30x (um inteiro e trinta centésimos vezes). Ainda, o Emissor será proibido de criar, substituir ou onerar quaisquer direitos de garantia sobre os dividendos;
- Caso não ocorra, o registro na CVM, na categoria aberto tipo B da resolução 80 da CVM, até a data de 30 de março de 2026;
- Caso não seja constituída as devidas garantias reais dentro do prazo de 180 dias contados da emissão das debêntures.
- Cálculo do ICSD = EBITDA – Impostos de renda e contribuição social/(amortização + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

EBITDA = Receita operacional líquida – custos dos produtos e serviços prestados – despesas comerciais, gerais e administrativas + depreciação e amortização + outras receitas operacionais com efeito caixa.

Os índices estabelecidos serão objetos de verificação semestral. No exercício de 2025 a Companhia não realizou pagamentos de dividendos, juros sobre o capital próprio, resgate ou amortização de ações ou qualquer outro pagamento para os acionistas, sendo assim o cálculo de ICSD não é aplicável.

12.7 Debêntures PLII 11

Debêntures 1ª série - PLII 11	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	62.418	61.594
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	240	240
Juros e encargos apropriados	11.276	9.427
Amortizações	-	(8.843)
Saldo final	73.934	62.418
Curto prazo	73.934	62.418
Longo prazo	-	-

Cronograma inicialmente previsto	31/12/2025
2026	1.338
2027	3.235
2028	3.235
2029	3.882
2030	3.882
2031	3.882
2032	4.529
2033	4.529
2034	5.176
2035	5.176
2036	5.823
2037	5.823
2038	23.424
Total	73.934

Em 27 de março de 2023, a investida Platão Capital II concluiu a emissão pública em série única, por meio da emissão de 64.700 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de desenvolver futuros projetos de construção e operação de 03 (três) unidades de usinas de minigeração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.

O montante total captado foi de R\$ 64.700 mil e a operação foi pactuada com taxa de juros correspondente à remuneração de 10,17% a.a. + IPCA., com vencimento final em 31 de janeiro de 2038. Os custos de emissão totalizaram R\$ 3.560 mil e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

12.7.1 Garantias

As debêntures são garantidas por cessão fiduciária dos direitos sobre a conta vinculada e conta da associação da emissora, bem como os recebíveis e créditos depositados, por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da emissora e totalidade das quotas de emissão das fiadoras (Platão Investimentos Ltda. e Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 Ltda.) e pela alienação fiduciária da totalidade dos bens e equipamentos de cada um dos projetos, os quais foram mencionados na nota explicativa nº 9 – Imobilizado.

12.7.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente.

Alterações ou readequações de características técnicas dos Projetos que, em qualquer tempo, não sejam previamente autorizadas pela Aneel, conforme aplicável, e/ou que causem efeito adverso relevante.

Cálculo do ICSD semestral = EBITDA – Impostos de renda e contribuição social/(amortização + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

EBITA = Receita operacional líquida – custos dos produtos e serviços prestados – despesas comerciais, gerais e administrativas + depreciação e amortização + outras receitas operacionais com efeito caixa.

O ICSD apurado não pode ser inferior a 1,15x.

O índice de cobertura do serviço de dívida apurado em 31 de dezembro de 2025 foi -0,11x.

12.8 Debêntures PLAC 13 e PLAC 23

Debêntures - PLAC 13 e PLAC 23	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	142.265	-
Captações	-	150.000
Custos de emissão pagos	-	(4.716)
Deságio de emissão	-	(5.791)
Juros e encargos apropriados	22.643	2.772
Custos de transações apropriados	594	-
Amortizações	-	-
Saldo final	165.502	142.265
Curto prazo	165.502	538
Longo prazo	-	141.727

Cronograma inicialmente previsto	31/12/2025
2026	690
2029	1.650
2030	1.012
2031	1.650
2032	3.300
2033	2.200
2034	1.980
2035	3.300
2036	2.392
2037	4.747
2038	15.953
2039	21.734
2040	27.521
2041	42.032
2042	35.341
Total	165.502

Em 30 de outubro de 2024, a Companhia concluiu a 3ª Emissão de debêntures simples, em duas séries, por meio da emissão de 150.000 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de realizar a quitação das debêntures PLAC 11, PLAC 21 e PLAC 31 e do CRI 86^a.

O montante total captado foi de R\$ 150.000 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,43% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de junho de 2043.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 4.716 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

12.8.1 Garantias

As debêntures são garantidas por cessão fiduciária dos direitos sobre a conta vinculada e conta do consórcio da emissora, bem como os recebíveis e créditos depositados. Por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da emissora e totalidade das quotas de emissão de suas filiais (USP 1, USP 2, USP 3 e USP 4) e suas controladas (SPRS II e SPRS III).

12.8.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente e identificou descumprimentos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados a seguir acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures:

a) Realização de distribuição de recursos aos acionistas, exceto se as seguintes condições forem cumulativamente comprovadas: (i) Manter as obrigações pecuniárias adimplentes; (ii) O ICSD na última data de verificação ser igual ou superior a 1,20x; (iii) Ter realizado o pagamento dos juros remuneratórios das debêntures de forma integral; (iv) O pagamento da distribuição de recursos ser possível conforme as regras contábeis e societárias; (v) Manutenção da relação entre o patrimônio líquido e a dívida líquida (PL/DL) superior a 10% após a distribuição de recursos; (vi) Manutenção do caixa mínimo de R\$ 500.000,00 se houver a distribuição de recursos.

b) O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") do Emissor esteja inferior a 1,20x (um inteiro e vinte centésimos vezes) em duas datas de verificação seguidas ou quatro datas alternadas. A apuração será verificada semestralmente.

Cálculo do ICSD = Quociente dos itens (i) Cash Flow Disponível para o Serviço da Dívida e (ii) Serviço da Dívida

Cash Flow Disponível para o Serviço da Dívida = EBITDA - IR e CSLL + Dividendos controladas + Receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras dos saldos das contas vinculadas e de livre movimento.

EBITDA = Recebíveis de clientes + outras receitas operacionais com impacto caixa - PIS e Cofins + Créditos de PIS e Cofins - Despesas de remuneração e/ou comissão de vendas da PLIN Energia - CUSD - Custos e despesas operacionais - Despesas com locação de imóveis e/ou arrendamentos - Despesas com seguros - Quaisquer outras despesas com impacto caixa.

Em 20 de novembro de 2025 a Companhia não realizou a liquidação integral da Plac 41 conforme previsto no *Waiver* concedido pelo credor através da AGD realizada em 12 de junho de 2025 que alterou o prazo de liquidação da dívida de 20 de maio de 2025 para 20 de novembro de 2025. Atualmente a Companhia está em processo de negociação com o credor, que já manifestou ciência da situação e concordância em estabelecer um novo prazo para realização do pagamento.

12.9 CRI 86^a

CRI 86 ^a	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	38.713
Juros e encargos apropriados	-	4.723
Amortizações	-	(43.737)
Custos de transação apropriados	-	301
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-
Longo prazo	-	-

Em 07 de outubro de 2022, a companhias USP 2, USP 3 e USP 4 captaram recursos por meio do termo de securitização de créditos imobiliários da 86ª (octogésima sexta) emissão, em série única, de certificados de recebíveis imobiliários da True Securitizadora S.A., sendo o valor da emissão de até R\$ 40.500 mil, sendo o prazo de vencimento da dívida de 5.455 dias contados da emissão, vencendo a última data de pagamento em 22 de setembro de 2037.

A remuneração da CRI é composta por IPCA + 8,75% ao ano.

O saldo passou a compor o consolidado do Grupo devido à aquisição das companhias USP 1, USP 2, USP 3 e USP 4 pela Platão Capital S.A. em 29 de março de 2024.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total do CRI mediante resgate antecipado.

12.10 CRI 173ª

CRI 173ª	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	98.382	95.690
Captações	-	-
Juros e encargos apropriados	15.192	14.809
Juros pagos	(1.444)	-
Amortizações	(7.331)	(12.117)
Saldo final	104.799	98.382
Curto prazo	104.799	98.382

Cronograma inicialmente previsto	31/12/2025
2026	12.730
2027	64
2028	608
2029	106
2030	100
2031	194
2032	528
2033	519
2034	1.071
2035	1.379
2036	5.109
2037	82.391
Total	104.799

Em 26 de outubro de 2023, a Companhia captou recursos por meio do termo de securitização de créditos imobiliários da 173ª (centésima septuagésima terceira) emissão, em série única, de certificados de recebíveis imobiliários da True Securitizadora S.A., lastreados em direitos creditórios cedidos pela SPRS Platão Capital III S.A.

O valor da emissão é de até R\$ 95.000 mil, sendo o prazo de vencimento da dívida de 5109 dias contados da emissão, vencendo a última data de pagamento em 15 de setembro de 2037.

A remuneração da CRI é composta por IPCA + 11% ao ano.

12.10.1 Garantias

O CRI é garantido por cessão fiduciária dos direitos sobre a conta vinculada e conta da associação da emissora, bem como os recebíveis e créditos depositados, por alienação fiduciária da totalidade das ações da emissora, por alienação fiduciária da totalidade dos bens e equipamentos de cada um dos projetos, os quais foram mencionados na nota explicativa nº 9 – Imobilizado, e pela alienação fiduciária de direitos de superfície.

12.10.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

O CRI prevê a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente.

a) A partir do 12º mês subsequente à data de integralização dos CRI, utilização do Fundo de Liquidez para fins de qualquer pagamento relacionado aos CRI, por 3 vezes consecutivas ou 4 vezes alternadas dentro de um período de 12 meses.

b) Caso, a partir do 12º mês subsequente à data de integralização dos CRI, a razão entre o valor do fluxo mensal de recursos transitados na Conta Vinculada e o valor pago a título de amortização do valor nominal unitário atualizado e de pagamento de remuneração dos CRI no respectivo mês, seja inferior a 1,50x, por 3 vezes consecutivas ou 4 vezes alternadas dentro de um período de 12 meses, e, cumulativamente, a Devedora não contrate, no prazo de até 60 dias contado da data do término do 3º mês consecutivo ou 4º mês alternado um prestador de serviço especializado de cobrança e conciliação de pagamentos para efetuar a cobrança de todos e quaisquer valores devidos pelos Associado.

c) Não atendimento do índice de cobertura correspondente à razão entre EBITDA – Impostos Pagos e Serviço da Dívida CRI igual ou superior a 1,25, a ser apurado pela companhia e verificado pelo Agente Fiduciário (a) no prazo de até 45 dias contado do término do semestre findo em 30 de junho de cada semestre fiscal, com base nas demonstrações financeiras auditadas consolidadas e na respectiva memória de cálculo sendo certo que a primeira apuração será referente ao semestre a ser encerrado em 30 de junho de 2025; e (b) no prazo de até 90 dias contado do término de cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras auditadas consolidadas devidamente e na respectiva memória sendo certo que a primeira apuração será referente ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.

d) Pagamento total ou parcial de qualquer operação de empréstimo e/ou mútuo exceto se, cumulativamente (i) não esteja em curso qualquer descumprimento das obrigações pecuniárias ou não pecuniárias estabelecidas nos documentos da Operação; (ii) o Índice de Cobertura esteja sendo cumprido no período de referência; e (iii) após o referido pagamento, mantenha-se atendido o Índice de Pagamento Mútuos Fiadora.

e) Redução de capital social ou pagamento total ou parcial de qualquer Passivo com Partes Relacionadas, exceto (a) exclusivamente no caso de redução de capital social para fins de absorção de prejuízos acumulado ou se, cumulativamente, (i) tenha sido atendido o Índice de Pagamento Mútuos Fiadora, na última data de verificação; (ii) o Índice de Cobertura esteja sendo cumprido no período de referência; e (iii) imediatamente após tal redução for atendido o índice estrutura de capital; ou (b) exclusivamente no caso de pagamento total ou parcial de qualquer Passivo com Partes Relacionadas, se imediatamente após tal pagamento for atendido o Índice Estrutura de Capital.

Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2025 a administração identificou que os índices mencionados nos tópicos “d” e “e” não foram atingidos.

12.11 Conta garantida rotativa – Banco Itaú

Conta garantida rotativa – Banco Itaú	31/09/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	-
Captações	20	-
Juros e encargos apropriados	-	-
Amortizações	-	-
Saldo final	20	-
Curto prazo	-	-

Cronograma inicialmente previsto	31/12/2025
2025	20
Total	20

A empresa SPRS Platão Capital II S.A mantém contrato de conta garantida com o Banco Itaú, com limite de R\$ 20, a taxa corresponde a 15,69% ao mês.

13. Fornecedores

13.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	123	568	374	597
Total	123	568	374	597

Contemplam substancialmente a aquisição de placas, equipamentos e empreiteiros para a manutenção das usinas fotovoltaicas.

13.2 Aging list

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	38	568	98	597
Vencidos				
De 01 a 30 dias	51	-	129	-
Vencidos de 31 a 60 dias	8		43	
Vencidos de 61 a 90 dias	22		25	
Vencidos de 91 a 120 dias	2		56	
Vencidos de 211 a 180 dias	2		23	
Total	123	568	374	597

14. Passivo de arrendamento

14.1. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
	Controladora	Controladora
Arrendamentos a pagar	7.864	8.057
(-) Juros a apropriar sobre arrendamentos	(4.411)	(4.629)
Total	3.453	3.428
Curto prazo	358	349
Longo prazo	3.095	3.079

	31/12/2025	31/12/2024
	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos a pagar	43.588	42.890
(-) Juros a apropriar sobre arrendamentos	(25.611)	(25.674)
Total	17.977	17.216
Curto prazo	1.829	1.729
Longo prazo	16.148	15.487

14.2. Movimentação

	Controladora	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	3.428	3.426
Novos contratos e atualizações	57	46
Pagamentos efetuados	(386)	(375)
Juros apropriados	354	331
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.453	3.428
Saldo no curto prazo	358	349
Saldo no longo prazo	3.095	3.079

	Saldo a pagar em 31/12/2023	Novos contratos	Atualização	Pagamentos efetuados	Juros incorridos	Incorporação	Saldo a pagar em 31/12/2024
Controladora							
USP 1	-	-	-	(140)	121	1.295	1.276
USP 2	-	-	28	(57)	51	465	487
USP 3	-	-	-	(131)	115	1.235	1.219
USP 4	-	-	18	(47)	44	431	446
Total	-	-	46	(375)	331	3.426	3.428

Consolidado	Saldo a pagar em 31/12/2024	Atualização	Pagamentos efetuados	Juros incorridos	Incorporação de investidas	Saldo a pagar em 31/12/2025
SPRS II	-	258	(421)	402	6.075	6.314
SPRS III	7.704	540	(885)	850	-	8.209
Capital S.A – Filial 1	1.276	57	(147)	153		1.339
Capital S.A – Filial 2	487	-	(60)	45		472
Capital S.A – Filial 3	1.219	-	(131)	114		1.202
Capital S.A – Filial 4	446	-	(48)	42		440
USP 5	428	-	(8)	7	(427)	-
USP 6	2.014	-	(35)	32	(2.011)	-
SP 7	3.642	-	(45)	40	(3.637)	-
Total	17.216	855	(1.780)	1.685	-	17.976

Consolidado	Saldo a pagar em 31/12/2023	Novos contratos	Atualização	Pagamentos efetuados	Juros incorridos	Consolidação de novas investidas	Saldo a pagar em 31/12/2024
SPRS III	7.074	-	651	(783)	762	-	7.704
USP 1	-	-	-	(140)	121	1.295	1.276
USP 2	-	-	28	(57)	51	465	487
USP 3	-	-	-	(131)	115	1.235	1.219
USP 4	-	-	18	(47)	44	431	446
USP 5	415	-	15	(44)	42	-	428
USP 6	1.954	-	75	(208)	193	-	2.014
SP 7	2.051	2.383	(757)	(387)	352	-	3.642
Total	11.494	2.383	30	(1.797)	1.680	3.426	17.216

Fluxo nominal futuro esperado dos contratos

O fluxo de pagamentos nominais para os contratos de locação de imóveis rurais, estão a seguir expostos. O fluxo apresentado não apresenta a correção das futuras parcelas pelo IPCA.

Descrição	Consolidado
	Fluxos de pagamentos
De 2025 a 2030	7.664
De 2031 a 2040	10.949
De 2041 a 2050	8.288
Total	26.901

15. Encargos tributários

Para o exercício de 2025 a Administração decidiu pela mudança do regime tributário de Lucro Presumido para Lucro Real. O saldo de impostos a recolher no encerramento do período está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recolher	13	25	83	121
IRPJ e CSLL a recolher	-	795	-	2.027
PIS e Cofins a recolher	106	351	539	740
Inss	-	-	1	
Total	119	1.171	623	2.888

16. Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
AFAC	5.900	5.900
Total	5.900	5.900

Nos meses de novembro e dezembro de 2024, a Platão Capital S.A. recebeu recursos a título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 5.900 mil. Os recursos foram destinados dos sócios (pessoa física) da Companhia e possuem prazo para integralização de capital social de 36 meses.

As datas de disponibilização dos recursos estão apresentadas a seguir:

Data	Valor
22/11/2024	775
22/11/2024	775
22/11/2024	1.550
29/11/2024	700
02/12/2024	1.400
02/12/2024	700
Total	5.900

17. Passivo a descoberto

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social é de R\$ 34.500 dividido conforme quadro a seguir:

Acionista	Ações ordinárias	Ações preferencias	Percentual de participação	Total subscrito
Carlos Eduardo Passarelli Scott	-	365	7,30%	2.518
Eduardo Baer	-	374	7,48%	2.580
Fernanda Mazzonetto	-	29	0,58%	200
Gameleira Empreendimentos e Participações Ltda	-	433	8,66%	2.987
José Antônio Favaro	-	145	2,90%	1.000
José Eduardo Maksoud Rahe	-	391	7,82%	2.698
José Renato Tabora	-	374	7,48%	2.580
MACINV Participações S.A.	-	102	2,04%	704
Marcelo Gouvêa Bresser Pereira	-	99	1,98%	683
Márcia Passarelli Scott	-	51	1,02%	352
Marcos Mikail Abud	-	145	2,90%	1.000
Paulo Sergio Barone	-	90	1,80%	621
Platão Investimentos LTDA	5.000	1.227	24,54%	8.470
Roberto Mazzonetto	-	96	1,92%	662
Ronald Harry Spitzkopf	-	41	0,82%	283
Salvador Pastore Neto	-	458	9,16%	3.160
ST. Pierre Empreend. e Participações Ltda	-	147	2,94%	1.014
TST Empreend. e Participações Ltda	-	433	8,66%	2.988
Total de ações	5.000	5.000	100%	34.500

A integralização de capital decorrente do acordo de acionistas ocorreu em 29 de março de 2024, através da transferência de participação societária das seguintes companhias e resultou em um aumento de capital social de R\$ 34.500:

Companhia	CNPJ	Total subscrito
Usina Solar Platão Investimentos S.A.	34.438.893/0001-61	21.222
Usina Solar Platão Investimentos SPE 2 S.A.	45.997.900/0001-93	2.566
Usina Solar Platão Investimentos SPE 3 S.A.	45.891.391/0001-10	7.558
Usina Solar Platão Investimentos SPE 4 S.A.	45.889.765/0001-62	3.360
Total		34.706
Integralização de capital social		34.500
Constituição de reserva de capital		206

b) Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém o saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 122.156 (R\$ 64.544 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 57.613 de resultado do período. A reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 em virtude de os resultados apurados terem sido negativos.

c) Dividendos

Conforme acordo de acionistas celebrado em 31 de março de 2023, cada ação preferencial confere ao direito de recebimento de dividendos fixos anuais de R\$ 0,082, corrigidos anualmente pelo IPCA.

d) Participação de acionistas não controladores

O saldo da participação de acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2 composto pelo efeito das operações nas controladas diretas SPRS Platão Capital II S.A. e SPRS Platão Capital III S.A.

18. Resultado por ação

Básico: calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do período.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(57.615)	(59.727)
Lucro (prejuízo) atribuído a não controladores	(57.613)	(59.727)
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(2)	-

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo por ações		
Média ponderada das ações	5.000	5.000
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(11,5230)	(11,9454)

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – Diluído conforme requerido pelo CPC – 41 /IAS 31, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prestação de serviços	8.225	1.449	25.785	12.988
Impostos e contribuições sobre a receita	(761)	(134)	(2.367)	(556)
Total	7.464	1.315	23.418	12.432

A Platão Capital S.A. celebra contratos de locação de seus sistemas de geração de energia solar com o Consórcio de Geração Distribuída Plin, enquanto suas controladas mantêm contratos de locação com a Associação de Geração Distribuída Plin. Informações adicionais acerca das operações com partes relacionadas, incluindo natureza, condições pactuadas e respectivos saldos, podem ser consultadas na Nota Explicativa nº 11.1.

20. Custos, despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços administrativos (i)	(1.136)	(1.861)	(2.987)	(3.794)
Depreciação e amortização (ii)	(2.934)	(533)	(9.565)	(5.735)
Despesas com operação e manutenção (iii)	(3.686)	(334)	(6.397)	(3.412)
Outras despesas (iv)	(940)	(283)	(2.961)	(966)
Total	(8.696)	(3.011)	(21.910)	(13.907)
Custo dos serviços prestados	(2.934)	(533)	(9.565)	(5.735)
Despesas gerais e administrativas	(5.762)	(2.478)	(12.345)	(8.172)

(i) Valores compostos substancialmente por honorários advocatícios, honorários contábeis e por consultorias especializadas em pesquisas e análises.

(ii) Decorrente da conclusão das obras e início das operações das usinas das localidades de São João do Caiuá, Apucarana, Mamborê, Paraíso do Norte, Dourados, Manoel Ribas, Diamantino, Campo Grande, Guapirama, Miranda I e II, Cassilândia e Maristela, e da incorporação das usinas localizadas em Loanda, Alto Paraná, Paranavaí e Santa Isabel, conforme nota explicativa 1 – Contexto operacional.

(iii) Gastos com serviços de operação e manutenção (“O&M”) necessários para o funcionamento e performance das usinas.

(iv) Valores compostos, majoritariamente, por despesas gerais inerentes à operação, como manutenção, reparos, seguros e reconhecimento de impostos.

21. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Venda de direito de conexão (i)	-	336	-	336
Ganho em acordo de quitação (ii)	-	-	-	2.094
Impairment de parecer de acesso (iii)	-	(688)	-	(688)
Baixa de ativos – incorporação (iv)	-	-	-	-
Baixa de saldo de despesas reembolsáveis - Obra de rede (v)	-	-	(789)	-
Baixa de ativos	-	-	(509)	(1.583)
Outras receitas	-	-	-	56
Outras perdas	(13)	-	(15)	-
Impairment do ativo imobilizado (vi)	-	-	(811)	(6.088)
Total	(13)	(352)	(2.124)	(5.873)

(i) Referente à venda de direito de conexão das localidades de Apucarana, Guapirama, Iguaraçu e Manoel Ribas realizada em janeiro de 2024;

(ii) Decorrente de ganho após acordo de quitação realizado junto a fornecedores de equipamentos;

(iii) Decorrente da constituição do *impairment* dos saldos relacionados ao parecer de acesso da UFV LMS, baixados devido à ausência de expectativa de realização do projeto;

(iv) Valores referente a ativos das usinas USP 1, USP 2, USP 3 e USP 4, baixados em virtude do processo de aquisição de cotas e incorporação das usinas pela Platão Capital S.A.

(v) Para agilizar a conexão das usinas à rede da concessionária, a Companhia executou, por conta própria, as obras de instalação de religadores automáticos e transformadores de potência, originalmente de responsabilidade da concessionária. O valor não reembolsado foi reconhecido no resultado do período como uma despesa.

(vi) Valor referente a constituição, de provisão do valor recuperável do ativo imobilizado.

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	3	-	4	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	-	334	385
Total receitas	3	-	338	385
Despesas financeiras				
Encargos financeiros sobre endividamento	(23.284)	(29.450)	(50.047)	(47.841)
Ajuste a valor presente - Mútuos	-	-	(1.718)	(4.786)
Juros sobre arrendamentos	(355)	(54)	(1.689)	(1.102)
Variação monetária	-	-	(2)	-
Outras despesas financeiras	(50)	(80)	(155)	(549)
Total despesas	(23.689)	(29.584)	(53.611)	(54.278)

As receitas financeiras são provenientes dos recursos mantidos em aplicações financeiras. As principais despesas financeiras correspondem aos juros e demais encargos financeiros sobre as debêntures, CRIs e arrendamentos mantidos pelas companhias do Grupo.

23. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas apuram o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo regime fiscal do Lucro Real e de Lucro Presumido. No Lucro Real, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada considerando todas as despesas dedutíveis e as receitas tributáveis por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de cálculo. Na apuração do Lucro Presumido é utilizada a alíquota de presunção de 32%.

a) Saldo de Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Corrente		
Imposto de renda	(17)	(1.590)
Contribuição social	(10)	(593)
Total corrente	(27)	(2.183)
Diferido (i)		
Imposto de renda	(2.718)	2.718
Contribuição social	(979)	979
Total diferido	(3.697)	3.697

(i) Em virtude da ausência de previsão de recuperabilidade, a Administração decidiu realizar a baixa dos impostos diferidos ativos registrados na SPRS III.

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo acumulado de prejuízos fiscais no montante de R\$ 122.156. Considerando as adições e exclusões do LALUR e alíquota combinada de IRPJ e CSLL de 34%, o crédito tributário potencial correspondente totaliza R\$ 20.157.

A Administração avaliou a recuperabilidade desses créditos à luz das projeções de resultados tributáveis futuros e, em observância ao disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, concluiu que não existem, na presente data, evidências suficientes que suportem o reconhecimento contábil do ativo fiscal diferido correspondente. Dessa forma, o referido montante não foi constituído nas demonstrações financeiras.

Os prejuízos fiscais poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, observada a limitação de 30% do lucro real apurado em cada exercício, conforme legislação vigente.

b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora 31/12/2025
Lucro Real	
Resultado antes do IR e CS	(57.613)
(+) Adições permanentes	-
(-) Exclusões permanentes	-
(+) Resultado com equivalência patrimonial	32.681
Lucro fiscal antes das compensações de prejuízos	(24.932)
(-) Compensação de prejuízos fiscais	-
Lucro fiscal	-
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% de CSLL	34%
Subtotal Imposto de Renda e Contribuição Social	-
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-
Taxa efetiva	0,00%

	Consolidado 31/12/2024
Lucro Presumido (i)	
Receita de Locação de Imóveis	12.988
Base de presunção	12.988
Presunção do lucro	4.156
Receitas financeiras	385
Outras receitas	2.486
Base tributável	7.027
IRPJ (15%)	1.054
Adicional IRPJ (10%)	679
CSLL (9%)	632
Total IRPJ e CSLL	2.365
Alíquota efetiva	34%

(i) Em dezembro de 2024 a Companhia controlava as seguintes empresas optante pelo lucro presumido: SPRS Platão Capital II S.A., Usina Solar Platão Investimentos S.A., Usina Solar Platão Investimentos SPE 2 S.A., Usina Solar Platão Investimentos SPE 3 S.A. e Usina Solar Platão Investimentos SPE 4 S.A.

A SPRS Platão Capital II S.A. que é controlada pela Platão Capita S.A, controlava a Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A., Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A. e a Solar Platão 7 Locação de equipamentos S.A que também era optantes pelo Lucro presumido.

24. Resultado de equivalência patrimonial

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
SPRS II	(19.393)	(7.995)
SPRS III	(13.288)	(17.882)
USP 1	-	212
USP 2	-	(398)
USP 3	-	(668)
USP 4	-	(1.364)
Total	(31.681)	(28.095)

25. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2025, não existiam processos de natureza cível, tributário e trabalhista considerados como probabilidade de perda provável e possível, por essa razão não há saldos a serem contabilizados ou divulgados em nota explicativa, conforme estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras, à captação de empréstimos e emissão de debêntures, em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas informações financeiras, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

a) Considerações sobre riscos e gerenciamento de riscos

i) Risco climático

A geração de energia elétrica da Companhia está diretamente condicionada às condições climáticas, especialmente à disponibilidade e intensidade da irradiação solar. Eventos meteorológicos adversos, tais como tempestades, vendavais, inundações, períodos prolongados de nebulosidade ou variações significativas nos índices de pluviosidade e temperatura, podem causar danos físicos às usinas fotovoltaicas e/ou reduzir sua eficiência operacional.

Adicionalmente, oscilações nos níveis de irradiação solar podem impactar a previsibilidade da geração de energia, afetando o cumprimento de obrigações contratuais e a remuneração da Companhia, cuja receita está vinculada à geração e compensação de créditos de energia. Tais eventos podem resultar em impactos adversos relevantes sobre os resultados operacionais, a condição financeira e a continuidade dos negócios da Companhia.

ii) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

A Administração declara que monitora constantemente o risco desta variação e que não acredita em variações acima do previsto.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

iv) Risco de mercado

O risco de mercado está associado, principalmente, a alterações regulatórias, tarifárias e legislativas que podem alterar o setor que a Companhia está inserida. A Administração monitora regularmente o cenário setorial e regulatório, avaliando seus possíveis impactos e adotando medidas de adaptação sempre que necessário.

v) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, através de aportes e recursos decorrentes dos acionistas.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	31/12/2025			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	% sobre o PL	Valor contábil	% sobre o PL
Fornecedores	123	-0,14%	374	-0,43%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	166.712	-192,38%	345.465	-398,65%
Passivos de arrendamento	3.454	-3,99%	17.976	-20,74%
Débitos com partes relacionadas	2.711	-3,13%	2.812	-3,25%

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos
Fornecedores	123	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	166.712	-	-	-	-
Passivos de arrendamento	66	-	294	545	2.550
Débitos com partes relacionadas	2.711	-	-	-	-

	Consolidado				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos
Fornecedores	374	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	345.465	-	-	-	-
Passivos de arrendamento	254	-	1.260	2.373	14.090
Débitos com partes relacionadas	2.812	-	-	-	-

b) Categorias de instrumentos financeiros

A Companhia adota o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para classificação e divulgação de seus instrumentos financeiros. O valor justo representa o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são classificados em três níveis de hierarquia:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação baseadas em variáveis observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas de avaliação baseadas em variáveis não observáveis.

Na data-base, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou em outros resultados abrangentes. Os principais instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado, cujos valores contábeis se aproximam substancialmente de seus valores justos.

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	31/12/2025						
	Nível	Controladora			Consolidado		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	2	-	1	1	-	3.371	3.371
Contas a receber	2	-	-	-	-	4.164	4.164
Créditos com partes relacionadas	2	-	25.752	25.752	-	9.961	9.961
Total de ativos financeiros		-	25.753	25.753	-	17.496	17.496
Passivos financeiros							
Fornecedores	2	-	123	123	-	374	374
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	-	166.712	166.712	-	345.465	345.465
Passivos de arrendamento	2	-	3.454	3.454	-	17.976	17.976
Débitos com partes relacionadas	2	-	2.711	2.711	-	2.812	2.812
Total de passivos financeiros		-	173.000	173.000	-	366.627	366.627
Efeitos líquido de ativos e passivos financeiros		-	(147.247)	(147.247)	-	(349.132)	(349.132)

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c) Análise de sensibilidade

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A administração avalia que a variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras da operação e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da Companhia. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade usando o cenário provável com as taxas de riscos das próprias transações e outros dois cenários demonstrando o risco de elevação da taxa, sendo o primeiro acréscimo de 25% e o segundo com 50% sobre a taxa que corresponde ao cenário provável.

Transações	Risco	31/12/2025	Taxa	Cenário provável	Taxa	Cenário I	Taxa	Cenário II
Ativo financeiro								
Caixa e aplicações financeiras	Redução da CDI	-	14,32%	-	10,74%	-	7,16%	-
Contas a receber	Redução do IPCA	4.164	4,26%	4.341	3,20%	4.297	2,13%	4.253
Títulos e valores mobiliários	Redução da CDI	3.371	14,32%	3.853	10,74%	3.733	7,16%	3.612
		<u>7.535</u>		<u>8.194</u>		<u>8.030</u>		<u>7.865</u>
Passivo financeiro								
Debêntures – PLII11	Aumento da CDI	73.934	14,32%	84.524	17,91%	87.172	21,49%	89.820
Debêntures – PLAC13 e 23	Aumento do IPCA	165.502	4,26%	172.552	5,33%	174.315	6,39%	176.078
Debêntures – PLAC41	Aumento do IPCA	1.210	4,26%	1.262	5,33%	1.274	6,39%	1.287
CRI 173 ^a	Aumento do IPCA	104.799	4,26%	109.264	5,33%	110.380	6,39%	111.496
Passivo de arrendamentos	Aumento do IPCA	17.976	4,26%	18.742	5,33%	18.933	6,39%	19.125
		<u>363.421</u>		<u>386.344</u>		<u>392.074</u>		<u>397.806</u>
Exposição líquida		(355.886)		(378.150)		(384.044)		(389.941)

27. Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas, protegem seus ativos através de contratos de seguro alinhados ao porte das companhias e às especificidades dos empreendimentos fotovoltaicos.

As apólices são contratadas em valores considerados adequados pela administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza das operações e os riscos inerentes ao setor de energia solar.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantinham apólices de seguros contratadas com terceiros, com os seguintes limites máximos de indenização:

Tipo	Limite máximo de indenização
Danos materiais	92.247
Danos elétricos	8.000
Roubo e/ou furto qualificados de bens	1.900
Quebra de máquinas	2.000
Vendaval	5.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Outros	7.150
Total	117.297

Os seguros não foram escopo de auditoria das informações financeiras realizadas pelos auditores independentes.

28. Eventos subsequentes

Aspectos econômico-financeiros

1) Operação de M&A (*Mergers and Acquisitions*, ou Fusões e Aquisições)

Com o objetivo de recompor o fluxo de caixa operacional, ao final de abril de 2026 os controladores da Companhia firmaram um memorando de entendimentos (“MOU”) relacionado a uma potencial transação de M&A. Após o cumprimento de determinadas condições precedentes a serem acordadas entre as partes, está previsto um aporte de recursos destinado ao fortalecimento das operações e à continuidade operacional do grupo.

* * *